

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

ATA Nº 010

PRESIDENTE - DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa-tarde!

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta a presente Audiência Pública, requerida por mim, Deputado Dilmar Dal Bosco, com o objetivo de debater a Lei nº 9.874/2012, que dispõe sobre a taxa de segurança alimentar e produtividade do leite.

Convido para compor a mesa o Exmº Sr. Prefeito de Jaciara, Ademir Gaspar de Lima; o Vereador Abduljabar Galvin Mohammd (Abdu), neste ato, representando todos os Vereadores; o Sr. Alessandro Casado da Silva, Presidente da APROLEITE; o Sr. Adair Mazzotti, Superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Mato Grosso-OCB; o Sr. Sebastião Reis Borges, Conselheiro da OCB Mato Grosso e Presidente da COMAJUL; o Sr. Joaquim José de Almeida, Presidente da Cooperativa dos Produtores de Leite-CAMPILEITE, do Município de Campinápolis; o Sr. José Brehm, Presidente do Sindicato Rural do Município de Jaciara; e o Sr. João Henrique, Zootecnista do Instituto mato-grossense de Economia Agropecuária do IMEIA.

Composta a mesa de honra, convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Queremos agradecer a presença dos produtores rurais.

Chamo para mesa o Deputado Federal Valtenir Pereira. Obrigado pela presença de Vossa Excelência.

Agradecer a presenças de todos os produtores rurais dos seguintes municípios: Jaciara, Juscimeira, Rondonópolis Poxoreu, Pedra Preta, Campo Verde, Itiquira, São José do Povo e Campinápolis.

Agradeço a presença dos Vereadores de Jacira Adnan Alli Ahmad; Fábio Gardim; Moacir Piotto, Vice-Presidente COMAJUL; Carlos Augusto Zanata, Diretor Executivo da Associação dos Produtores de Leite da APROLEITE; Mauro Machado Vieira, representante do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras-OCB, esteve já em outras Audiência Públicas; Wanderlei Amaro de Almeida, Presidente do Sindicato Rural do Município de Dom Aquino; Alexander Serman, Consultor da APROLEITE, também esteve na Audiência Publica em Araputanga; Rosano de Moura Andrade, Engenheiro Agrônomo neste ato representando a Prefeitura de Juscimeira; Antônio Figueiredo Mei, Secretário do Sindicato Rural do Município de Jaciara.

Agradecemos toda imprensa local e também a *TV Assembléia Legislativa*.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012, QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS. (DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Todo este trabalho vai ser transmitido em Cuiabá, a grande região Metropolitana, pela *TV Assembléia Legislativa*. Obrigado, Wanderlei, Diretor da *TV Assembléia Legislativa*, e obrigado a todos os funcionários.

Agradeço de forma especial a todos os vereadores do Município de Jaciara pelo apoio dado a Assembleia Legislativa, a toda Mesa Diretora, representada pelo Presidente da Assembleia Legislativa e por mim, que faço parte da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.

O objetivo desta Audiência Pública, e nas explanações que vamos ver, é que há um entendimento, ou está tendo uma informação um pouco divergente sobre o que temos buscado e estamos trabalhando.

O Governo do Estado de Mato Grosso em 1999, por uma Lei do Governo do Estado, colocou algumas diretrizes do que faria sobre o leite, principalmente no campo. O art. 47 falava sobre a taxa do leite. A taxa do leite em 1999, quando foi constituída, falava sobre um percentual que iria ser cobrada pela UPF, correspondendo hoje a 0,043% do valor da UPF. E devido a vários fatores, de 2011 para 2012 com a elevação da UPF, desse valor começou a ficar - também do FETHAB e de outras taxas, como do INDEA, da SEMA, do INTERMAT - muito elevado.

Tem também a Taxa de Combate ao Incêndio, que sempre temos debatido, e praticamente tudo que tinha de lei anterior, como a Taxa de Combate ao Incêndio, só veio a ser cobrada em 2011, taxa do próprio Governo, como a Taxa de Segurança. Eu sempre tenho lutado na Assembleia Legislativa para tentar tirar.

Quando o Governo cria Fundo, como criou o Fundo da Segurança, e no meu entendimento a Taxa de Cobrança ao Incêndio já estava embutida no Fundo da Segurança e pegou todos os empresários para contribuir para melhorar a segurança pública do Estado de Mato Grosso, aumentando o efetivo, o que até hoje o Governo não fez.

Essa taxa do leite, criada em 1999, que o Governo colocou em prática, queria por em prática em janeiro de 2010, foi segurado, o Governo entendeu naquele momento, talvez por um entendimento político, num ano de eleição, e seguiu a lei, para por em vigor posteriormente, em 2011. Também não fez em 2011.

Agora, no final de 2012, reativou a lei para que fosse cobrado de todos os produtores de leite do Estado de Mato Grosso o valor de R\$0,04 por litro de leite.

A Assembleia Legislativa não entende dessa maneira, tanto que o Presidente da Assembleia Legislativa e eu fizemos uma Lei, e a Assembleia Legislativa teve um entendimento, e até então tínhamos esse entendimento da APROLEITE, da FAMATO, da OCB e da FETAGRI, que tinham o entendimento de se abrir uma conta, para ser bem claro, uma conta específica particular e tudo que fosse arrecadado do leite iria ser administrado por quem produz, através de um conselho. Esse era o entendimento que veio para a Assembleia Legislativa. Então, ao invés de o Governo cobrar quatro centavos por litro de leite, até então, no final do ano, era para cobrar 0,01 centavo, ou um centavo por litro de leite, que iria para uma conta específica do Fundo Particular dos Produtores de Leite, como tem hoje a APROSOJA. A soja no Estado de Mato Grosso só tem valor e teve um respaldo maior, quando criou a APROSOJA, quando criam um Fundo para a APROSOJA para defender quem produz soja no Estado de Mato Grosso.

Então, esse entendimento que houve veio para a Assembleia Legislativa e a Assembleia Legislativa aprovou. Aí voltamos do recesso, no mês de fevereiro, e houve muitos comentários sobre esse Fundo do Leite, que é um Fundo Particular. Quem quiser aderir ao Fundo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012, QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS. (DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Particular o entendimento era um centavo. Para quem não fosse para o Fundo Particular ia ser aderir à taxa do Governo, que era de quatro centavos.

Aí nós vimos que tinha praticamente o entendimento junto às cooperativas principalmente. Eu fiz um Requerimento ao Estado de Mato Grosso, o Requerimento nº 11/13 e pedi a suspensão da cobrança. E o Governador Silval Barbosa, inclusive o próprio Governador acatou, quando fosse criado o Fundo Particular para o movimento e principalmente para o fomento da Bacia Leiteira, houve o entendimento de não fazer a cobrança. Esperar até nós fazermos as Audiências Públicas para realmente debater e ver o que é importante. E lembrando que a taxa existe. Não é a Assembleia Legislativa que criou a taxa. É uma taxa criada em 1999 e não foi posta em prática pelo ex-Governador Dante de Oliveira; não foi posta em prática pelo ex-Governador Blairo Maggi nem pelo Governador Silval Barbosa até então. E agora o Governo está resgatando a taxa do leite para por em prática. Porque nós sugerimos num entendimento que tinha, Deputado Valtenir Pereira, entendimento que houve e trouxeram para a Assembleia Legislativa que seria ideal criar o Fundo Particular para o Produtor de Leite. Quer dizer, abrir uma conta de tudo que se arrecada, conta específica, administrada por vocês. A Assembleia Legislativa, os Deputados Estaduais, todos aprovaram, porque para nós tinha o entendimento.

E o Governo do Estado não tem como mexer mais. Toda a arrecadação desse dinheiro vai para uma conta específica para o produtor ou do produtor. Que o consenso e a maneira que vai criar o Conselho Administrativo e quem vai gerir esse dinheiro não compete mais a nós. Vai ser tudo em cima de uma minuta que vocês vão fazer de um contrato da forma que vocês vão gerir o dinheiro.

É a mesma coisa que vocês, exemplo prático, em três, quatro, cinco pessoas vocês quererem abrir uma conta conjunta num banco. Só pode mexer, se assim vocês entenderem, naquele dinheiro, porque vocês abriram uma conta particular, se tiver o entendimento dos cinco.

Então, a partir da lei aprovada e assim acordado vai para esse Fundo e vocês que administram. Então, por isso que a Assembleia Legislativa teve... E quando nós não vimos o entendimento, fizemos uma Audiência Pública para ouvir que produz o leite, as cooperativas, para ouvir todos os produtores de leite, ouvir a APROLEITE e a OCB, que sempre participou das Audiências Públicas. Só assim houve o entendimento.

Nós fizemos uma Audiência Pública em Araputanga, no dia 12 de abril; uma agora na última sexta-feira, uma grande Audiência Pública lá em Terra Nova do Norte, e também lá, da mesma maneira, Deputado Valtenir Pereira e Prefeito Gaspar...

E agora, há pouco, chegando aqui, recebi uma ligação da Prefeita lá de Garantã do Norte que quer que eu vá lá sem Audiência Pública só para explicar, porque lá tem o entendimento que o Governo vai, que a Assembleia Legislativa vai cobrar quatro centavos por um litro de leite. Não tem essa verdade.

A verdade é que o que foi sugerido é cobrar para uma conta particular do produtor de leite do Estado de Mato Grosso para realmente ter um cooperativismo mais forte, para ter força realmente para fazer um grande trabalho. Então, por isso, que tem que ter esse entendimento.

E aqui na demonstração...

Eu vim aqui para escutar tanto quem produz, tanto as Cooperativas, tanto a OCB, tanto a APROLEITE para que achemos um entendimento melhor. E frisando que a taxa do leite existe por uma lei de 1999. É como a taxa de combate ao incêndio. Agora recentemente consegui um entendimento com o Governo. Primeiro, que na minha concepção, quando nós criamos o Fundo de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012, QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS. (DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Segurança em 2011, não ia existir a taxa de combate a incêndio, mas o Governo veio e resgatou essa taxa de combate a incêndio cobrando inclusive aqui de Jaciara e de todos os empresários. E aí eu consegui reduzir somente em 40%.

Então, significa o quê? Que nós temos a taxa com lei existente de 1999. Nós estamos tentando achar um mecanismo para ficar diferente.

Esclarecer, porque muitos comentam que a lei foi criada pela Assembleia Legislativa no último dia do ano pelos Deputados Riva e Dilmar Dal Bosco. Não. O que nós fizemos foi inverter a taxa do leite e criar um Fundo para o produtor do leite com o entendimento de todo mundo. Essa foi a grande finalidade da Lei para ajudar principalmente o fomento do leite no Estado de Mato Grosso.

Inclusive, na apresentação aqui, vai falar muito bem ainda que os valores serão definidos e fixados por vocês. Quer dizer, por esse fundo.

E agora ficou definido lá em Araputanga e ficou definido praticamente em Terra Nova do Norte, e a própria COOPERNOVA teve um entendimento muito mais claro: Não vai se nem um centavo, definido principalmente pelas Cooperativas, a OCB participou muito e foi a primeira conversa, inclusive esteve no meu gabinete a OCB e realmente ofertou de maneira diferente, ao invés de cobrar um centavo, cobrar a metade de um centavo, que nem em moeda existe. Então, ao invés de ser um centavo por litro, será para cada dois litros de leite um centavo. Ou seja, é metade de um centavo. Esse entendimento houve, porque é para fomentar realmente a bacia leiteira do Estado de Mato Grosso.

Então, tudo vai depender, se assim definido, primeiro, que o preço é fixado pelo fundo, o fundo do produtor; segundo, que o Conselho para ser elaborado, a Assembleia Legislativa, tanto o Presidente como os Deputados que votaram, eu também que votei, nós vamos acompanhar para ver de que maneira que vai fazer o Conselho para esse fundo. E também acompanhar desde a minuta desse fundo e como que será o gerenciamento do recurso e o que é que será fomentado.

Então, eu gostaria, realmente, de pedir a todas as pessoas da plateia, se quiserem fazer a inscrição é só levantar a mão. Nós temos o nosso Cerimonial que irá fazer a inscrição. Eu vou pedir aqui para não alongar bastante, porque a maioria aqui será bem representada pelo que eu vi já pela inscrição. O Presidente da COMAJUL também já irá falar aqui. E cada um terá três minutos para fazer sua pergunta, indagação, pode interpelar qualquer um dos palestrantes e também qualquer membro da mesa aqui, para que possamos sair daqui no entendimento e achar o melhor caminho.

Por isso que a Assembleia Legislativa está fazendo e a lei está suspensa... E vamos fazer esse grande debate.

Então, gostaria de passar a palavra ao Sr. Sebastião Reis Borges, Conselheiro da OCB/MT e Presidente da COMAJUL.

O SR. SEBASTIÃO REIS BORGES - Boa-noite, Deputado Dilmar Dal Bosco! Boa-noite, Deputado Valtenir Pereira! Boa-noite a todos que compõem a mesa, Prefeito de Jaciara, Vereadores e representantes da FAMATO, da APROLEITE e demais representações aqui conosco.

Deputado, eu sou Sebastião Reis Borges, sou Presidente da COMAJUL - Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Ltda.

É uma cooperativa, Deputado, fundada há 35 anos. Em julho deste ano nós já completamos 35 anos e é composta por 1.600 associados produtores.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Está aqui presente uma grande parte desses produtores de leite, que são pequenos produtores.

A COMAJUL, há 35 anos, aqui na região sul do Estado recebe hoje, capta hoje dos seus associados, produtores de leite, na grande maioria, como já disse, pequenos produtores, quatro milhões de litros/mês, mais ou menos 130.000 litros/dia. Ela capta leite em toda a região sul do Estado, desde Itiquira até Campo Verde, próximo a Cuiabá, essa região aqui no sul do Estado, onde a COMAJUL atua.

É importante falar do que representa a COMAJUL no Sul do Estado.

Na questão social, a Cooperativa gera emprego e renda, produz renda em toda a região sul. Com certeza, tem uma grande importância!

Também, tem uma grande importância quanto à definição de preço de mercado aqui, no sul do Estado, Deputado.

Os preços praticados aqui, no sul do Estado, são basicamente seguidos. Aqueles preços que a COMAJUL pratica, repassa aos seus associados, são acompanhados na região.

Só para Vossa Excelência ter uma ideia, a Cooperativa trabalhou no ano de 2012 com a média de setenta e oito a oitenta centavos o litro de leite aos seus associados, sem contar os demais benefícios gerados. Quando se fala em benefícios, falamos de repasse de insumos e etc.

Então, a Cooperativa tem realmente essa questão de importância social no sul do Estado. Com certeza, nós sabemos que a Cooperativa é o carro-chefe na questão do preço de leite.

Hoje, Deputado, a Cooperativa tem um corpo técnico composto por sete técnicos que dão assistência técnica em toda região. A Cooperativa tem prestado um serviço, ao longo do tempo, aos seus associados e entende que esse é o trabalho que tem que ser feito. Um trabalho pontual!

O que aconteceu nesse processo que estamos debatendo hoje? No mês de janeiro tomamos conhecimento - a Direção da Cooperativa, junto com seus associados e produtores - de que havia sido estabelecida a Lei nº 9.874 de 2012, que instituía a cobrança de uma taxa que seria cobrada do produtor por litro de leite e que tinha como base a UPF. Quando nós verificamos essa taxa vimos que o valor estabelecido, que foi aprovado e sancionado em dezembro de 2012, instituía a cobrança de quatro centavos por litro de leite.

Se nós colocarmos quatro centavos, Deputado, e multiplicar por quatro milhões de litros/mês, dão cento e sessenta mil reais/mês que teriam que ser descontados dos produtores e repassados a esse Fundo.

Nós achamos que isso era uma coisa que precisava ser verificada. Iniciamos, então, uma conversa juntamente com a OCB, que é a instituição que agrega as cooperativas no Estado de Mato Grosso, a OCB/MT. Conversamos com algumas instituições que tinham conhecimento maior a respeito.

Naquela oportunidade, chegamos à conclusão de que isso era uma coisa que nós precisávamos encontrar meios de falar, de discutir e debater. Gerou-se, nessa oportunidade, certo movimento e nós entendemos isso.

Nessa oportunidade as sete maiores cooperativas de laticínios do Estado se reuniram na OCB e foi dito claramente que somos todos contrários à cobrança desse valor.

Foi dito ao senhor - e o senhor tem razão quando disse aqui que nós concordamos - que se não houver meio de suspender a cobrança dessa taxa, seria... Foi falado se existia algum valor que concordávamos e nós dissemos que: em não havendo outra opção, em não havendo outra opção,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

poderíamos verificar a questão da cobrança de um valor que fosse muito menor do que esse, que seria o meio centavo, como foi falado aqui.

Nós entendemos que isso que está sendo cobrado é um ônus. Isso gerará um ônus, vai gerar um custo de produção. Isso vai aumentar o custo de produção do leite. Esse recurso que se diz repassado a um Fundo para gerar um serviço... Nós entendemos que serviço se gera quando é pontual.

De forma genérica, nós entendemos que é isso muito difícil, Deputado!

Nós entendemos que quando se faz um trabalho pontual, quando se faz um trabalho direcionado, sim, nós vemos resultado, porque vemos esse resultado na cooperativa.

Nós temos aqui produtores que não são poucos, que são assistidos por assistência da Cooperativa. E é difícil! Nós entendemos a dificuldade que é dar assistência ao produtor e isso é quando se é pontualizado.

Agora, o senhor imagina se tivermos a criação de uma instituição, de um fundo, para gerar demanda de forma generalizada!?

Então, por isso, a direção da Cooperativa, ouvindo seus associados e seus produtores, tem-se manifestado contrária a qualquer cobrança. Nós temos sido contrários à cobrança.

Vossa Excelência está vendo a sua frente uma assembleia de produtores. Eu tenho certeza que no lado de fora, talvez, tenhamos tantos produtores ou mais do que temos aqui dentro e todos estão aqui sem saber o que acontecerá.

Nós temos dito que essa é uma lei e que nós, ainda, não sabemos para onde caminha esse processo, mas deixamos claro que a Cooperativa COMAJUL é contrária à cobrança dessa taxa.

Nós não somos contra, Deputado, a nenhuma criação de associação. Nós conhecemos, por exemplo, a APROLEITE-Associação dos Produtores de Leite de Mato Grosso e entendemos que ela é uma associação e que é legítima. Tudo bem! Mas a qualquer cobrança, porque isso na realidade é um imposto novo, nós somos contrários.

Então, era isso que nós queríamos dizer e deixar registrada a nossa posição.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Eu quero agradecer, também, a presença do Vereador Sérgio Ramos, do Município de Dom Aquino; dos Vereadores do Município de Juscimeira José Wilson Florentino e Carlos José de Oliveira.

Obrigado pela presença!

Eu ouvi atentamente o Sr. Sebastião Reis Borges.

Por isso, o entendimento que tínhamos na Assembleia Legislativa quando chegou a Lei que a OCB estava participando desde o início das conversas, tanto com a APROLEITE, como a FAMATO e com a FETAGRI...

A Lei, eu volto a repetir, é de 1999, onde o Governo, no art. 47, diz:

“Art. 47 Fica instituída a Taxa de Segurança Alimentar e Produtividade do Leite, destinada ao custeio das ações de controle da qualidade, produtividade e segurança alimentar do leite produzido no Estado de Mato Grosso, a que se refere o at. 10 desta lei, devida pelo produtor de leite, à alíquota de 0,043% (quarenta e três milésimos percentuais) da UPF/MT por litro de leite destinado à industrialização.”

Essa taxa ficará recolhida junto ao INDEA. Essa é a taxa! Essa é a lei do governo do Estado de Mato Grosso!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Eu só queria deliberar...

Nós já vamos fazer a sua inscrição e colocá-lo para falar.

O que eu quero falar para o Sebastião é que veio para a Assembleia Legislativa, do jeito que eu falei no início, o entendimento de ao invés de cobrar taxa do leite, que é esse percentual, seria ideal fazer o fundo particular do leite e haveria o entendimento.

Agora, novamente, eu ouvi o Sebastião falando que não houve esse entendimento com a Cooperativa COMAJUL. Então, é por isso que está acontecendo esta Audiência Pública. O que foi proposto é que abriria o fundo do leite e aí tinha esse entendimento que ao invés de ser quatro centavos, um centavo. Era isso que eu queria me referir só para esclarecer aqui.

Eu poderia passar a palavra para o senhor da plateia.

Pode pegar o microfone aqui, por gentileza. Eu só peço que se identifique, porque estamos gravando.

O SR. PAULO RIBEIRO - Boa-noite a todos!

Sou produtor rural de São Pedro da Cipa, tiro leite. Essa lei foi feita na época do Dante de Oliveira para apertar os produtores a assinarem um termo para abrirem mão do ICMS. Todos os produtores aqui de Mato Grosso, na época, ninguém sabia, tinham direito a restituir o ICMS do óleo diesel, de tudo que gastassem nas propriedades. Só que na época ninguém usava por falta de conhecimento. Aí alguns produtores descobriram isso, assim como eu que me beneficiei muito, comprei trator com ICMS, comprei vários maquinários, tudo com esse crédito do ICMS

Como a procura começou a ficar grande, inventaram um dispositivo para você abrir mão do ICMS. Toda vez que você vai abrir uma inscrição rural aqui em Mato Grosso, você tem que assinar uma cartinha que abre mão do benefício de aproveitamento de ICMS. Então, é por isso que foi feita essa lei. Inclusive, o art. 335 do ICMS é tudo feito em cima disso.

Bom, falando sobre esse Fundo, nós já pagamos o FETHAB, que é para melhorar nossas estradas e moradias; nós já pagamos o FEFA e o FESA. Então, já temos dois Fundos que pagamos. Foi feito aqui em Mato Grosso - os mais velhos vão me lembrar - que era para recolhermos uma taxa para o INDEA nos dar assistência técnica. Nós não precisávamos ter veterinários, agrônomos da cooperativa, porque tudo isso tinha que ser dado pelo INDEA e EMPAER.

O José Brehm trabalhou na EMPAER muitos anos. Ele fazia o trabalho. Agora, praticamente a EMPAER parou.

Na sua época, José, funcionava.

Agora, vamos usar o bom senso: vocês sabiam que mais da metade dos produtos lácteos que nós consumimos aqui, queijos, iogurtes, caixinhas de leite longa vida, é tudo de Goiás, do Rio Grande do Sul, não é de Mato Grosso? Inclusive, eu fui ao Supermercado Modelo e comprei queijo mozzarella do Uruguai mais barato do que mozzarella da COMAJUL. Vocês sabem por quê? Porque lá o Governo dá dinheiro para o produtor produzir. Ao invés de cobrar fundos e impostos, ele vai lá, tira do bolso, paga o produtor. (PALMAS)

Eu vejo essa incoerência aqui no Brasil, principalmente em Mato Grosso. Eu tiro leite em São Paulo, também, e lá eles fazem o Programa Balde Cheio, vão em minha propriedade e me dão tudo de graça para produzir leite. Aqui, eles querem me cobrar, me despir! O pessoal que faz a produção de leite familiar e não tem funcionários, tem um custo de cerca de sessenta centavos por

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

litros. Eu pago assalariado, eu pago em torno de vinte cinco centavos a mais, ou seja, o meu custo por litro é em torno de setenta cinco centavos.

Eu não parei ainda de tirar leite, porque tiro o custo da minha propriedade. Então, eu consigo pagar os funcionários todo mês e a ração das vacas. Muitas vezes não consigo, então, pego o meu dinheiro da cana de São Paulo para cobrir as minhas despesas aqui.

Agora, eu fico estarrecido de um Governo, ao invés de incentivar a produção de leite, oferecer dinheiro, subsídio para produzirmos... Porque é uma vergonha um Estado que não produz metade dos laticínios que consome, nós termos que importar dos outros Estados, importar de outros países não tendo incentivo. Estão querendo cobrar um fundo em triplicidade, não é nem duplicidade. Já pagamos vários! E sem falar dos federais, que é uma vergonha o FUNRURAL.

Vocês recolhem um absurdo de FUNRURAL para receber um salário mínimo! Não precisa do FUNRURAL! Qualquer cidadão brasileiro consegue o salário mínimo depois dos sessenta e cinco anos. Para que você vai tirar leite para aposentar? Para que você paga FUNRURAL?

Então, nós estamos diante de um absurdo total! Ninguém está percebendo! Não se deve cobrar nada! E se alguém sabe administrar o nosso dinheiro, não são eles, somos nós na Cooperativa. Na Cooperativa já dá trabalho, imagina transferir o dinheiro para um fundo que vai o político mexer, não sei o que, não vai chegar dinheiro para ninguém aqui, como do FETHAB e do FESA. (PALMAS).

Eu não vim aqui para causar polêmica, mas vim para repudiar isso aí. Eles estão querendo oferecer 0,05 centavos ou quatro centavos? Não é nada disso! Nós não queremos nada. Nós queremos que vocês mandem dinheiro para produzirmos, para gerarmos mais emprego.

Você sabia que leite não tem feriado? É todo dia, Deputado! Todo dia! Não tem dia santo, não tem nada. Ninguém ganha parado quem tira leite, tem que trabalhar para ganhar. Ninguém ganha parado.

(PUBLICO DA PLATÉIA SE MANIFESTA - INAUDÍVEL)

O SR. PAULO RIBEIRO - Calma! A senhora está revoltada. Ela acorda às 03:00 horas, como todos aqui tiram o leite... Estão tirando, porque eles não pagam salário. São eles que tiram o leite! E na hora que você põe a carga trabalhista em cima e um monte de processo que eu tenho aqui - tenho uma meia-dúzia que não paga menos de dez, vinte mil, e aí acaba com o leite... Se fosse um coitadinho já teria que ter vendido o sítio, como tem gente aqui que já perdeu o sítio, inclusive eu.

Eu tenho bem penhorado, por processo trabalhista de leite. Tomaram dinheiro da minha conta por causa de trabalhista de leite. Então, eu acho uma redundância vocês falarem em querer cobrar fundo.

Olha, é uma vergonha! É uma vergonha! Esse Governo inventa moda e quer arrancar dinheiro de qualquer jeito para pagar as despesas dele. Você acha que ninguém aqui sabe que é por causa da Copa que está acontecendo isso?

Cadê o dinheiro do FETHAB? Todas as estradas estão acabadas, esburacadas. Pergunta se leiteiro quer puxar frete de leite com caminhão. Você pede pelo amor de Deus para o "cara" ir puxar leite! Os caminhões estão todos quebrados, rebentado! Não vem dinheiro. Eu estou manso, mas não sei se o pessoal vai continuar manso.

Muito obrigado! Espero ter dado o recado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Muito obrigado, Paulo Ribeiro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Sr. Paulo, o senhor tem que entender que a Audiência Pública foi promovida pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso... Eu vou explicar de novo: Primeiro, em janeiro de 2010, o Governo do Estado estava colocando em prática a taxa do leite; em 2011, a mesma coisa; em 2012, a mesma coisa. A Assembleia Legislativa, em um entendimento... E quando a OCB esteve no meu gabinete na Assembleia Legislativa também tinha o entendimento de que o Fundo Particular do Leite era interessante, não o preço que seria proposto pelo Governo, o que se foi buscar foi um mecanismo de cobrança para o Fundo.

E quando o senhor falou ali - eu tenho certeza que o senhor estava um pouco nervoso e é natural - que não tem político nenhum na vida que vai mexer na conta particular do senhor... A conta desse Fundo é particular. Se assim for determinado...

(ASSISTENTE FALA DA PLATEIA - INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - A senhora pode fazer inscrição para falar.

Eu só queria, Sr. Paulo, para entender...

(ASSISTENTE FALA DA PLATEIA - INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Eu só queria que a senhora fizesse inscrição para fazer sua pergunta aqui.

Eu queria explicar aqui que a lei se for autorizada, vai criar um Fundo Particular e quem gerencia esse Fundo não é a Assembleia Legislativa, não é o Governo do Estado. O senhor falou com grande propriedade.

O FETHAB, por exemplo, é da mesma maneira. Nós também ficamos cobrando para onde está indo tanto recurso do FETHAB.

Precisava interligar os municípios e nós aprovamos na Assembleia Legislativa o endividamento do Estado, o MT-Integrado, para interligar todos os municípios do Estado que não têm asfalto. O que nós poderíamos buscar para fazer pontes de concreto e para a recuperação de rodovias foi aprovado pela Assembleia Legislativa.

A Copa do Mundo, a que se refere, foi aceito esse desafio da Copa do Mundo. Nós temos agora que fazer a Copa do Mundo, infelizmente, e o Deputado Estadual não tem a prerrogativa de gestão do dinheiro público, tem o fomento de fiscalizar o dinheiro. Por isso nós estamos debatendo. Porque no entendimento, vou repetir de novo, e tinha o entendimento da OCB, da FETAGRI, da APROLEITE e da FAMATO, seria necessário o Fundo Particular. A Assembleia Legislativa só fez isso. E ainda, depois de aprovado, mediante o entendimento, ainda estamos diminuindo pela metade do que for sugerido. Mas pedimos para suspender, pela falta de entendimento, e a Assembleia Legislativa vem fazer Audiência Pública exatamente para escutar a sociedade, os produtores de leite, para acharmos o encaminhamento. É essa a finalidade. Mas vamos achar o caminho.

Falará pela plateia o Consultor da APROLEITE, Alexander Sterman.

Eu já tinha escrito da vez passada é Sterman.

O SR. ALEXANDER STERMAN - Meus companheiros produtores rurais, eu sou produtor rural em Rondonópolis - meu vizinho está sentado aqui e meus colegas de longa data, como o Paulo, me conhecem -, sou produtor de leite, produtor de gado de corte, produtor rural desde 1960 do Município de Diamantino e estou contratado pela APROLEITE para auxiliar a Associação, na figura do Sr. Presidente, Casado, na definição do seu plano estratégico.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

E eu confesso, Deputado, que me estranhou bastante no início, quando foram sugeridas as Audiências Públicas, mas em cada uma que participo eu quero parabenizar a Assembleia Legislativa, na sua pessoa, pela decisão de realizar as Audiências Públicas, porque de fato percebemos quanta necessidade tem de esclarecer o produtor.

Sr. Sebastião, eu quero dizer que os números da COMAJUL são tão impressionantes como os números de Araputanga, como os números de Terra Nova do Norte, que mostram que este produtor aqui, eu fiz a continha, tira em média 81 litros de leite por dia. O que é o triplo da média do Estado de Mato Grosso. O produtor de leite médio do Estado de Mato Grosso tira 33 litros de leite.

São 55 mil produtores de leite no Estado de Mato Grosso. De cada três produtores, um terço, apenas um está ligado a uma das cooperativas do Estado de Mato Grosso. Dois estão sobrevivendo a custo do quê? A custo de 78 centavos o litro, mais benefícios. Estão sobrevivendo à margem desse processo todo.

E é por isso e por tudo que você falou aqui que nós precisamos de uma Associação de produtores fortes. É esse que eu quero mostrar neste trabalho para vocês, o que se pretende com o Fundo, que não é um Fundo de assistência técnica, porque não se faz assistência técnica com meio centavo por litro de leite, é um fundo de qualidade, de produtividade e de segurança alimentar do leite.

E aí, Sr. Sebastião, é a primeira grande oportunidade, não de falar de coisas genéricas, mas de coisas pontuais, na defesa da pontualidade dos interesses do produtor, porque de cada três produtores em Mato Grosso apenas um tem uma cooperativa forte e tem uma organização das cooperativas para defender os seus interesses.

Então, eu queria falar para vocês, para vocês conhecerem melhor a lei de criação da taxa e do fundo, que são duas coisas diferentes.

O Sr. Sebastião falou certo: as cooperativas desde o primeiro dia se mostraram contrárias à criação da taxa, mas apoiaram a criação de um fundo, entenderam a diferença entre esse fundo e essa taxa e como esse fundo será administrado.

Sr. Paulo, existe uma diferença grande entre o FEFA e o FESA. Nós participamos da criação do FEFA, nos idos dos anos 90. Era um fundo misto, com participação do Governo e da iniciativa privada. O FESA hoje é um fundo somente da iniciativa privada. O Fundo do Leite é somente com representação do produtor de leite. E o que o fundo pode fazer pelo produtor de leite?

Nós já falamos aqui, essa Lei nº 7.138 é de 1999. Não foi criada em dezembro de 2011. Mas o que essa lei colocava bem claramente é isso que o Deputado Dilmar Dal Bosco já explicou. No seu Art. 47 ela colocava a cobrança com base na UPF, que hoje representaria quatro centavos por litro de leite. Mas como a base é a UPF - e a UPF vem subindo extraordinariamente, nós nem sabemos quanto isso poderia representar para o futuro -, e a lei condicionava isso, então, para ser recolhido ao INDEA.

O art. 47-E coloca exatamente isso para o INDEA para o INDEA atuar na qualidade e na segurança alimentar do leite.

O Sr. Paulo lembrou muito bem qual seria.

Muito bem! Na mesma lei de 31 de dezembro, e, portanto, em janeiro... Era só ler a lei, Sr. Sebastião, e já ficava clara a criação do dispositivo que tirava a obrigação do produtor de leite de recolher essa taxa para o INDEA.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

O art. 47-F, diz que o produtor que espontaneamente fizer uma adesão, ou seja, ele recolher para o Fundo do Leite ele está dispensado da taxa.

Então, desde o seu início não havia necessidade de trazermos uma preocupação adicional.

Os quatro centavos, na mesma lei, Deputado Dilmar Dal Bosco, já morreu, nasceu morto porque se criou a oportunidade ao produtor.

Ao invés de colocar esse dinheiro no Fundo do Governo - que aí poderia ir para o ralo-, entregar esse dinheiro para o próprio produtor de leite administrar. E cada um de vocês que é associado de uma cooperativa sabe que quando você coloca o dinheiro nas mãos do próprio produtor, o produtor sabe o que faz, tanto é que ele está fazendo aqui na COMAJUL, em Araputanga, em Terra Nova do Norte.

Os senhores terão a oportunidade de ver o Presidente de Campinópolis falar e ele vai dizer o que estão fazendo em Campinópolis e nas outras dezessete cooperativas que têm no Estado de Mato Grosso. Mas isso representa apenas um em cada três produtores de leite em Mato Grosso.

Nós precisamos criar a oportunidade para que todo produtor tenha a sua oportunidade de ser representado. Eu sei que nós chegaremos lá!

Então, a taxa é aquilo: quatro moedinhas de um centavo para cada litro de leite e o Fundo é essa moedinha de meio centavo, ou seja, quando o Fundo é administrado pelo produtor de leite, o Fundo sabe onde pega, e pega no bolso.

Então, esse recolhimento espontâneo ao Fundo é oito vezes menor do que é o valor que seria ou será recolhido - para quem não fizer a opção - para a taxa do leite.

E o companheiro está dizendo: é compulsório. E nós vamos mostrar por que, mesmo sendo compulsório, ele vem fazendo uma diferença enorme no Estado de Mato Grosso, nos outros Fundos que são administrados por produtores rurais.

Quem administrará o recurso do Fundo? Existe um negócio chamado Associação dos Produtores de Leite, existe outro negócio chamado o Fundo de Qualidade, Produtividade e Segurança Alimentar do Leite. São duas coisas diferentes: o Fundo administra o recurso financeiro e a associação trabalha em função dos produtores de leite.

A Associação dos Produtores de Leite, como qualquer outra instituição, pode se cadastrar para pegar dinheiro desse Fundo, desde que apresente um projeto a ser aprovado pelo Fundo. Quem participa disso? Somente instituições particulares, privadas. Não tem Governo metido nessa história.

Nós estamos aqui representados pela Federação da Agricultura de Mato Grosso, que indicará um produtor de leite para esse Fundo; pela FETAGRI, que representa a agricultura familiar no Estado de Mato Grosso, para indicar um produtor de leite; pela Organização das Cooperativas Brasileiras em Mato Grosso-OCB/MT, que representa as cooperativas de leite, que indicará um produtor de leite; e pela Associação dos Produtores de Leite de Mato Grosso, que também indicará dois produtores de leite para esse Fundo. Essa é a figura do Fundo do Leite: somente instituições privadas. Esse recurso a ser recolhido vai para uma conta bancária do Fundo, e ele prestará conta disso para o Ministério Público, como presta conta qualquer instituição que representa os interesses do cidadão brasileiro.

Então, gente, eu estou aqui, eu tive a oportunidade de começar a trabalhar pelo agronegócio de Mato Grosso em 1992, quando eu trabalhava na Sadia. Vi aparecer e participei de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012, QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS. (DEGRAVAÇÃO DE DVD)

vários Fundos desses, todos eles funcionam muito bem no Estado de Mato Grosso. Muito bem! São invejados em qualquer Estado do Brasil. Gostaria de ter Fundos como esses de Mato Grosso, mas todos eles que vocês estão vendo ali, com exceção do FESA, têm participação do Governo do Estado. Todos!

O FACS é o Fundo da Soja, é um Fundo com participação do Governo e de iniciativa privada, mas ele sustenta a APROSOJA. A APROSOJA hoje não fala em nome do produtor de soja de Mato Grosso, fala em nome do produtor de soja do Brasil. E fala não no Brasil nem no Mato Grosso, fala em qualquer lugar do mundo! Hoje, a APROSOJA é respeitada e faz uma diferença enorme para o produtor de soja de Mato Grosso.

O FACUAL é o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão. Colocou o algodão de Mato Grosso em primeiro lugar do Brasil na sua exportação, já superou enormes crises do algodão, e o produtor nunca deixou de produzir algodão com eficiência no Estado de Mato Grosso.

E tem um detalhe, enfrentou situações dramáticas, como você falou, da mão de obra. Você lembra quantas pessoas trabalhavam capinando o algodão? Dê uma olhada hoje quantas pessoas trabalham capinando o algodão. Infelizmente ou felizmente tem enfrentado com tecnologia, e o FACUAL fez isso muito bem.

O FABOV - Fundo de Apoio a bovinocultura de corte foi criado e hoje a ACRIMAT no “ACRIMAT em Ação” é respeitada pelos frigoríficos e é uma instituição nova, que está juntando uma classe que é totalmente desagregada no Estado de Mato Grosso, que é o produtor do gado de corte. Mas vem fazendo um trabalho eficiente nessa direção.

E o FESA - Fundo Estadual de Sanidade Animal. Vocês podem ter certeza de uma coisa: se não fosse o FESA e o FEFA, Mato Grosso já teria deixado de exportar carne há muito tempo, que é quem vem segurando tudo isso aí.

E como é que funciona a aprovação ou a rejeição de um projeto? Qualquer instituição organizada elabora um projeto desde que seja para qualidade, produtividade ou segurança alimentar do leite e entrega ao Fundo. O Fundo vai analisar esse projeto, ver se ele tem viabilidade, se ele trará retorno para o produtor de leite. Aqui se falou em custo. É custo? Sim. É compulsório? Sim. Mas tem que dar resultado, tem que gerar resultado. E um dos resultados que eu acho que tem que gerar é exatamente essa questão de achar que o produtor de leite é um sujeito que trabalha trezentos e sessenta e cinco dias num ano, no ano que tem trezentos e sessenta e cinco dias, a mais ou a menos ele tem que trabalhar igual. E quando vira 1º de janeiro, ele só vira o calendário, porque o serviço começa igual. Tem solução? Tem. Tem solução, tem solução. Desde que o produtor se organize.

Senhores, Mato Grosso teve uma chance de dar um passo histórico e que já deu em outros momentos. Nenhum Estado do Brasil tem uma associação de produtores fortes, organizados. Se eu fosse do laticínio, se eu fosse representante de um dos laticínios, eu começaria a me preocupar, como se preocupou o pessoal da soja.

No ano passado, a APROSOJA enfrentou a Monsanto. Nenhum Estado brasileiro enfrentou a Monsanto. Apenas o Estado de Mato Grosso!

O que disse o Presidente da APROSOJA? Ele falou isso no evento: “A cada R\$1,00 real que o produtor de soja colocou no fundo...”...- e é um fundo misto -...“...a APROSOJA devolveu para ele R\$34,00 reais para cada real.”. Colocou R\$34,00 no bolso. Isso foi falado em público.

O *fax* existe e ele está disponível na *internet*. Façam as suas contas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Então, gente, se está tudo bem, está tudo bem! Não precisamos mexer no time que está ganhando. Se não está tudo bem, eu acho bom repensar.

Nenhum fundo desses foi criado no Estado de Mato Grosso, se não em momento de crise. O fundo da soja foi criado quando o produtor de soja estava no chinelo, endividado e numa situação financeira lastimável. Certo! Foi nesse ano que se criou o fundo da soja. Hoje, o fundo da soja...

(ORADOR É INTERROMPIDO - INAUDÍVEL.)

O SR. ALEXANDER STERMAN - Foi! Foi! Eu posso garantir que foi, porque eu participei.

(ORADOR É INTERROMPIDO - INAUDÍVEL.)

O SR. ALEXANDER STERMAN - Não! Não! Não é, não!

Só um detalhe: em primeiro lugar, não foi o Alexander Serman...

Não! Eu faço questão de esclarecer.

O senhor está lá no fundo e não deve estar conseguindo ler.

Lá está escrito assim: "Carlos Fávaro, Presidente da APROSOJA.". Ele fez a afirmação e eu estou dizendo que o *fax* está disponível na *internet*.

Isso!

Não, senhor, só...

Eu não gostaria de entrar na polêmica disso aí.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Fale no microfone para nós registrarmos.

O SR. ALEXANDER STERMAN - Por gentileza! Por gentileza!

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - É para registrar o que o senhor está falando.

O SR. ALEXANDER STERMAN - Eu gostaria de encerrar agradecendo a atenção com que me ouviram e me coloco à disposição para perguntas.

(PARTICIPANTES DA PLATEIA SE MANIFESTAM - INAUDÍVEL.)

O SR. ALEXANDER STERMAN - Não!

Senhores, eu não estou aqui como vidente e nem para predizer o futuro. Eu estou aqui para manifestar a minha confiança no produtor de leite. Eu tenho certeza que se o dinheiro for para o Fundo do Leite... Eu tenho certeza que se o dinheiro for para o Fundo do Leite, será o produtor de leite que vai decidir o que vai fazer com ele, assim como é o produtor de soja que decide o que ele vai fazer com o dinheiro da soja; é o produtor de boi de corte que decide o que ele vai fazer FABOV e é o produtor de algodão que decide o que ele vai fazer com o FACUAL. Eu estou falando de fundos mistos onde tem a presença do Governo Estado e a presença do produtor rural. Em nenhum desses fundos o dinheiro vai para algum lugar que não é desejo do produtor rural. E não vai ser diferente com o fundo do leite!

Agora, eu não estou aqui para garantir nada!

Eu estou aqui para dizer que o produtor rural, que o produtor de leite vai saber o que fazer, porque dentro das cooperativas ele sabe, faz e acontece. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO)- Obrigado, Sr. Alexandre.

Gostaria de aproveitar para o Guto fazer a apresentação e aí o senhor já faz a pergunta logo em seguida para nós...

Se o senhor permitir, já fazemos a sua inscrição.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

O SR. CARLOS AUGUSTO ZANATTA - Boa-noite a todos!

Eu gostaria de me apresentar primeiro.

Meu nome é Carlos Augusto Zanatta. As pessoas me chamam de Guto. Acho que já conheço alguns dos senhores por aqui. Eu sou Médico Veterinário e ex-produtor de leite. Eu já produzi leite aqui, no Mato Grosso, no Município de Tangará da Serra, entres os anos de 1992 e 1997.

Eu acho que nós vamos poder ter um tempo para conversar bastante, mas quero deixar bem claro que a situação da produção de leite de lá para cá não mudou muito. Eu estou falando de 1992, 2002, 2012, ou seja, vinte anos atrás. Nós tínhamos uma deficiência muito grande quanto à assistência do Governo; tínhamos dificuldade de preso. Sempre usamos o leite com referência à garrafinha de água: uma garrafinha de água de meio litro é mais cara do que o nosso litro de leite. Faz tempo que usamos essa conotação e faz tempo que isso infelizmente é uma realidade.

Então, eu quero explicar um pouquinho sobre a APROLEITE.

Antes de tudo, quero tentar desfazer alguma confusão existente.

A APROLEITE não é aquele programa que já existiu nos laticínios chamados PROLEITE, sem a letra “a”. Então, não é aquilo! Aquilo já passou! Não existe mais!

A APROLEITE é a Associação dos Produtores de Leite de Mato Grosso. Então, o seu próprio nome já diz que ela que intenção da sua existência, o objetivo da sua existência é só um: o produtor de leite de Mato Grosso.

Nós vamos falar um pouquinho, conversar um pouquinho e ao final poderemos chegar a uma conclusão que é muito mais de vocês, do que minha ou da própria APROLEITE. Nós podemos chegar à conclusão realmente que esse cenário que o Paulo falou aqui...

O Paulo disse alguns números, mas o que mais me chamou atenção é que o custo de produção, hoje, dele é sessenta centavos e mais vinte e cinco. Seriam sessenta centavos da agricultura familiar e mais vinte e cinco centavos. Então, seria em torno de oitenta e cinco centavos. Eu acho um custo alto, porque nós vendemos leite, mais ou menos, a esse preço. Às vezes, ganhamos alguns centavos; às vezes, dá para empatar ou, às vezes, dá para perder uns centavinhos.

Então, se nós podemos chegar à conclusão no final desta nossa conversa que a situação é confortável para nós. Se essa for a conclusão, amanhã nós voltaremos para as nossas fazendas, levantar às 03:00 horas, como bem disse o senhor - eu já fiz isso muitas vezes e entendo que realmente isso é cansativo fisicamente e mentalmente -... Nós vamos voltar, amanhã, para as nossas propriedades e vamos tocar a nossa vida como nós sempre tocamos. Sobrevivemos durante muitos anos... Eu, não! Eu não agüentei! Eu tirei leite por cinco anos e acabei abandonado a atividade e me lancei no mercado para trabalhar como veterinário.

Mas nós vamos falar um pouquinho para entendermos a APROLEITE, como ela nasceu e tudo mais, o que anda acontecendo com o mercado do leite, ou seja, quais são as nossas principais dificuldades, hoje, no mundo do leite; Depois, vamos falar um pouquinho do leite no Mato Grosso; depois, vou passar um vídeo, de dois minutos, que é bem reflexivo sobre o que nós podemos fazer junto e qual o resultado que temos quando estamos sozinhos e, depois, uma conclusão.

Eu peço aos senhores que realmente prestem muita atenção na apresentação, porque essa conclusão não é minha. Essa conclusão é dos senhores.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012, QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS. (DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Quando a APROLEITE começou, quando das primeiras reuniões, que não era nem APROLEITE; quando, ainda, era Comissão de Pecuária de Leite da FAMATO e a FAMATO, só para registrar, não faz parte do Governo, não é um órgão do Governo, mas um órgão representativo de classe que não é ligado ao Governo, nós falávamos muito aquela primeira frase lá: o nosso desafio é mudar a vida do produtor de leite aqui no Mato Grosso.

Então, a Associação nasceu...

A Associação dos Produtores de Leite de Mato Grosso, mais uma vez, não é o ProLeite; não é aquele Programa ProLeite, não temos mais nada daquilo.

...e a diretoria atual buscou trazer gente de vários lugares do Estado e tudo mais. Em todas as reuniões, toda vez que encontramos com um produtor de leite, o que nós escutamos vocês falar para nós é isso: Nós precisamos aprender mais, ter mais capacitação, mais treinamento. Nós precisamos de alguém que nos assista, que faça assistência técnica para nós e nós precisamos ter renda, precisamos ganhar mais dinheiro! O produtor de leite precisa ganhar mais dinheiro. Além disso, tem que ter uma representação política.

A APROLEITE como Associação ganhou muito com essas Audiências Públicas. Hoje nós temos aqui um Prefeito, um Deputado Federal, um Deputado Estadual escutando o produtor de leite. Isso é raro acontecer!

Lá em Araputanga nós tivemos, Deputado Dilmar Dal Bosco, três Deputados Estaduais, um Deputado Federal, um Prefeito e mais uns Vereadores. Isso é raro acontecer. Nós já provocamos uma mudança no mercado do leite de Mato Grosso. Nós já fomos ouvidos como nunca fomos ouvidos antes. Então, a APROLEITE já provocou uma mudança.

E quando eu falo: nós fomos ouvidos, são vocês. Toda vez que eu falo a APROLEITE pensem em vocês. Essa Associação nasceu para vocês, nasceu para representar vocês e trabalhar por vocês. Essa é a idéia. O nome diz: Associação dos Produtores de Leite do Estado de Mato Grosso.

A APROLEITE dividiu o Estado nessas regiões e futuramente vai redividir. Então, hoje nós temos quatro regiões: Norte/Sul/Leste/Oeste, e no futuro nós vamos ter nove regiões, que são as mesmas regiões geográficas do SENAR.

Por que optamos por fazer isso? Porque nós podemos usar, inclusive, um pouco da estrutura do SENAR, os seus Supervisores, os seus técnicos, a logística e intensificar a chegada do SENAR até as propriedades rurais de modo a promover um treinamento, uma capacitação.

E o que nós queremos também nessas regiões? Hoje nós estamos à busca de oito representantes regionais. Por que oito? Porque em cada região dessa Norte/Sul/Leste/Oeste nós queremos colocar dois representantes da APROLEITE.

O que o cidadão vai fazer? Esse cidadão vai levar até a Diretoria da APROLEITE a necessidade que vocês estão passando. Então, aquilo que vocês forem relatando ao Sindicato Rural, à FETAGRI, ao Sindicato dos Trabalhadores e a esse representante da APROLEITE, esse representante é a pessoa que vai nos ligar diariamente e falar: “Olha, aqui nesta região sul do Estado o nosso problema, a nossa dificuldade está sendo essa”. E, também, cada vez que tiver uma vitória da APROLEITE, uma ação da APROLEITE, vai levar até vocês o que está fazendo, quais as parcerias que conseguiu firmar e que tipo de trabalho vai ser feito nos próximos meses.

Eu queria que ampliassem um pouco o pensamento e entendessem que Mato Grosso não é só isso aqui. Mato Grosso é tudo isso aqui. E quando nós falamos em Apicás, nós falamos em regiões que ficam isoladas por doze, quinze dias por falta de estrada, dificuldade de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

energia elétrica, comunicação e etc.. E quando não temos estrada, não temos, inclusive, estradas para o nosso caminhão de leite ir buscar.

Então, pense que esse cara aqui ou o que está aqui em Rondolândia... Rondolândia é um lugar tão afastado - a maior cidade da região é Juína - é tão afastado, tão difícil de chegar a Juína, que para o SENAR, é mais fácil ele pertencer a essa região, porque aqui tem a BR, que liga Cuiabá/Porto Velho do que ele vir até Juína, que fica 200 quilômetros dali. Mas é tão isolado, tão afastado que é melhor ir por Rondônia. Ele vai a Rondônia e depois para Mato Grosso.

Vamos pensar que a situação desse produtor aqui é muito diferente da situação de vocês agora.

Eu gostaria que conseguíssemos pensar um pouco maior e entender que o Mato Grosso não é só Jaciara, Dom Aquino e Rondonópolis. Ele é bastante coisa, além disso.

Os objetivos estratégicos da Associação é consolidar e fortalecer essa entidade, como representante de vocês, representante do produtor; promover o desenvolvimento desse produtor, aquele produtor que tem dificuldade. E nós entendemos que o caminho para isso é a capacitação, é o treinamento, é levar informação até aos senhores da maneira mais eficiente, que essa informação possa ser a mudança dentro da propriedade de vocês. E para fora, no mercado, nós estamos integrados com todo mundo que participa do leite, indústrias, supermercado, EMPAER, EMBRAPA, Governo do Estado, MAPA e etc..

O que a APROLEITE já fez de uma forma geral?

Nós realizamos esse diagnóstico da cadeia do leite em Mato Grosso. Foi a primeira informação que nós tivemos sobre vocês, produtores de leite, de forma tabulada, para entendermos que a idade média hoje do produtor de leite é 51 anos de idade; para entendermos que as vacas de vocês, produtores, dentro do Mato Grosso de forma em geral, apenas 22% das nossas vacas têm um grau de sangue entre meio sangue e 3/4 Zebu x Holandês. Mais de 48% não têm padrão racial definido. Nós estamos tirando leite de vaca nelore ou de nelore com qualquer outra coisa que nasceu malhada de branco e preto, nós estamos tirando leite dela. E, às vezes, falta só alguém ir lá e nos falar assim: "Não tira leite dessa vaca que é bobagem! Vende essas três vacas desse padrão e compra uma boa que vai aumentar a sua produção, a sua produtividade e tudo mais". Então, nós temos essa dificuldade. O diagnóstico nos apontou isso aí.

No ano passado nós coletamos assinaturas contra a importação de leite do Uruguai. Eu acho que foi o Paulo que falou que comprou mozzarella do Uruguai. Compre mesmo! Eu também comprei... Comprei, não, eu vi, mas fiz questão de comprar uma nacional para valer a pena. Eu comprei. Mas tinha lá mozzarella da Argentina 30% mais barato lá em Cuiabá do que as mozarelas daqui, feitas aqui no nosso Estado. Trinta por cento de preço mais barato!

A partir deste ano, o IMEA - Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária começou a fazer a primeira referência de dados de leite em Mato Grosso, que é esse boletim IMEA. Então, nós passamos a ter hoje informações aqui do nosso Estado e não feita pelo CEPEA ou pelo SCOT, que são importantes, mas não são feitas aqui por nós. Essa é feita por nós.

E realizamos, no ano passado, o Encontro da APROLEITE.

Quem daqui esteve em Cuiabá no 1º Encontro da APROLEITE? Teve gente que foi lá? Ali tem um, tem mais um, mais outro... Pouca gente, né? Precisava ter mais gente participando dessas informações, porque nós entendemos que só a formação pode mudar nossa realidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Dias atrás assisti a um filme, nem me lembro o nome, em que o personagem falou que enquanto fizermos as mesmas coisas, vamos ter os mesmos resultados. Só mudamos o resultado quando mudamos o que estamos fazendo.

E quais são as dificuldades grandes que nós atravessamos hoje? Quando digo nós é o Brasil e que chega aqui em Jaciara, em Rondolândia e em Apiacás.

Mato Grosso hoje está desorganizado em termos da cadeia produtiva do leite. Nós temos, sim, 35% dos produtores que estão dentro de cooperativas e achamos isso uma coisa muito importante. Porém, nós temos quase o dobro disso. Nós temos 65% dos produtores que não estão cooperativas, está à margem da produção. E isso quer dizer o seguinte: Ele está sozinho no mundo. Ele está igual esse cidadãozinho aqui, está na estrada, mas está sozinho e não sabe. De repente, ele está caminhando para lá, mas ninguém falou para ele que o caminho bom era voltar para cá. Entendeu? Faltam detalhes. Mas ele está sozinho.

As importações de leite, o Sr. Paulo nos falou isso e só confirmamos. A Instrução Normativa nº 62, que fala sobre a qualidade do leite...

Alguém sabe o que é que essa Instrução Normativa nº 62 fala? Alguém sabe?
(NESTE MOMENTO UMA SENHORA DA PLATEIA RESPONDE - INAUDÍVEL).

O SR. CARLOS AUGUSTO ZANATTA - Exatamente! A senhora está nos dando aula! É exatamente isso!

Agora, quantos dos produtores de leite, hoje, estão conseguindo atender essas necessidades? Principalmente o controle de mastite, que lá a sigla é CCS - Contagem de Células Somáticas e a contaminação do leite, que é a CBT - Contagem Bacteriana Total.

Esses dois pontos são os mais difíceis que nós estamos tendo, hoje, para resolver.

Eu vou falar uma coisa para vocês: Eu acho que tenho condição de pilotar um avião. Eu acho. Eu acredito. Eu dirijo bem carro, estudei, leio bastante, então, eu acho que tenho condição de pilotar um avião. Mas se eu não tiver um instrutor que me pegue pela mão e me ensine a pilotar um avião eu não sairei com ele do lugar. Da mesma forma eu acho que o produtor precisa de alguém para ensinar as coisas que são necessárias para se fazer, para dar capacidade.

A SRª ALESSANDRA SILVA - Eu sou Alessandra, de São José do Povo.

A COMAJUL nos ampara em tudo o que o senhor está dizendo, na Contagem Bacteriana Total - CBT, na mastite, como cuidarmos do nosso resfriador. Então, não estamos numa estrada sozinhos. Nós temos a Cooperativa, com o Sr. Sebastião, que nos ajuda e nos dá o suporte.

Então, o senhor está explicando algo que todos os produtores aqui são sabedores, porque a COMAJUL está diante desse problema. (PALMAS)

Eu acho que devemos chegar num ponto exato, no que realmente queremos saber, porque em tudo isso aí a COMAJUL não deixa de nos ajudar, em momento algum! (PALMAS)

O SR. CARLOS AUGUSTO ZANATTA - Srª Alessandra, obrigado.

Nós já comentamos, e volto a falar, os 35% dos produtores que fazem parte das Cooperativas, nós acreditamos que realmente têm uma forma de organização eficiente, mas nós temos mais de 65% no Mato Grosso que não contam com isso.

Segundo o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, que é quem analisa esse leite, em torno de 55% do produtor de leite do Brasil, e no Mato Grosso não é diferente, não consegue atender essas duas questões que estamos falando...

(A SRª ALESSANDRA SILVA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

O SR. CARLOS AUGUSTO ZANATTA - Nós temos que correr atrás de todos, certo?

Além da instrução normativa, nós temos uma deficiência na assistência técnica, que mais uma vez vou entender que vocês têm assistência técnica

Mas o Sr. Sebastião me falou que são mil e seiscentos associados produzindo leite. É isso, Sr. Sebastião? São mil e seiscentos?

Parece-me que aqui tem trinta ou quarenta e oito - estou em dúvida do número exato-, propriedades assistidas pelo Programa Balde Cheio, que acho que é um programa muito bom, porque traz uma gestão, uma produção boa, higiene, piqueteamento de pastagem. Então, é um modelo muito eficiente. Mas para termos - nem que sejam quarenta e oito - assistência nós necessitaríamos de dois técnicos para estar assistindo esse pessoal uma vez por mês.

O Sr. Sebastião falou que a COMAJUL tem sete técnicos. Se eu multiplicar sete técnicos por trinta produtores, nós conseguiremos atingir duzentos e dez produtores e nós temos mil e seiscentos.

Isso não é uma crítica, certo, Alessandra. O que quero dizer é que o objetivo do Fundo lá na frente é poder somar isso, é poder apresentar um projeto de intensificar essas parcerias com o Balde Cheio, por exemplo, ou qualquer outro tipo de programa, que possa chegar até vocês.

Se alguém me falar que a COMAJUL assiste os mil e seiscentos produtores de leite, é difícil. Para isso, precisaríamos dividir mil e seiscentos por trinta, que é o que um técnico consegue atingir. Teríamos que ter em torno de cinquenta produtores. Mais ou menos cinquenta. É muita gente e é muito caro. Então, é difícil a COMAJUL atender tudo isso.

Em relação a preço, nós temos hoje o preço médio do Brasil, essa linha aqui de cima, o preço médio de Mato Grosso, essa linha de baixo e, na verdade, o que nos incomoda não é nem a diferença só entre os preços, porque nós entendemos que estamos longe do mercado consumidor, mas em cada setinha dessas o preço do Mato Grosso fez a volta ao contrário do Brasil. Aqui o Brasil subiu o preço, o Mato Grosso desceu. Aqui subiu e desceu, subiu e desceu. De uma forma geral, o preço do Brasil subiu ao longo do ano e o preço de Mato Grosso diminuiu ao longo do ano.

Vocês sabem que estão na região mais privilegiada em relação a preço de Mato Grosso, não é? O preço mais alto de leite do Mato Grosso é feita aqui na Região Sul do Estado. Porém, curiosamente, é a região onde há a maior disputa de leite por laticínios, porque o produtor da Região Sul não está conseguindo aumentar o leite suficientemente para atender a indústria e a demanda que há necessidade.

Eu sei que há aumento cada vez que há o aumento de preço, o produtor investe em ração, isso é normal, eu fiz isso quando trabalhei com leite, todo mundo faz. Então, você tem um aumento, mas são aqueles mesmos produtores, com as mesmas vacas, aumentando momentaneamente a produção de leite. São poucos os que tiverem investimento em novas vacas ou mais. Isso ainda não reflete em aumento na produção, de forma expressiva.

Aqui eu passarei um pouco rápido, só para entender. Em 2009, chegou à FAMATO uma nota de vinte e quatro centavos a Região Oeste do Estado, enquanto se pagava quarenta e oito centavos o litro de leite. Então, aqui reativou a Comissão de Pecuária de Leite, que mais tarde virou a APROLEITE.

Em 2010 fizemos um monte de ação. Aqui em 2010 já havia a discussão do Fundo do Leite, o que aconteceria com isso, a que ponto que chegaria e essa discussão era feita dentro da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012, QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS. (DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Comissão de Leite da Câmara Técnica do Estado, a qual participam várias entidades, entre elas: a FAMATO, a FETAGRI, a OCB, que é uma Organização das Cooperativas, e tudo mais.

Em 2012 fizemos o primeiro encontro da APROLEITE. E em 2013 temos aqui o Fundo do Leite, que temos que decidir o que faremos e ver quais as ações que serão trabalhadas.

E sobre o Fundo? Agora, sim, nós chegamos ao que nos interessa. Aquilo tudo foi para nós entendermos o que acontece e tudo mais... Mas isso aqui é o que nos interessa.

Por que a APROLEITE apoia o Fundo do leite? E vamos lembrar o que o Sr. Alexander Serman nos falou aqui atrás sobre a diferença da taxa e do Fundo. A taxa é o dinheiro que vai para o governo, de R\$0,04 (quatro centavos), ele que vai dar o fim a essa taxa, esse dinheiro cairá na conta do INDEA. Uma diferença básica entre taxa e imposto é que o imposto é utilizado para aquilo que ele foi criado e a taxa cai numa conta única junto com outro dinheiro. E o dinheiro... É o contrário. *O.k.* O imposto cai na conta única e a taxa será usada para isso. *O.k.*

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O PALESTRANTE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS AUGUSTO ZANATTA - Então, esse dinheiro estará na mão do governo. Maravilha! Eu gostaria de acreditar. Sinceramente, eu gostaria de acreditar! Eu tirei leite por cinco anos, como eu falei, e gostaria de acreditar que o governo realmente trabalhasse por nós.

Eu gostaria de acreditar quando o Paulo e o Sebastião falaram, que bom mesmo seria se não pagássemos nada - eu também concordo - bom mesmo seria se nós não pagássemos nada! Mas nós não pagamos nada há muito tempo, há vinte anos, para ser preciso. E o que temos do governo, sabemos, é o que estamos tendo hoje. Isso é o que temos do governo!

Recentemente, no mês de março, saiu na Revista RDM uma matéria sobre a soja, mas só para entender que os produtores têm que assumir algumas responsabilidades. E aqui diz o seguinte: “se o governo não solucionar os problemas de transporte...” E para o leite também transporte é um problema. “...caberá ao setor privado assumir essa responsabilidade para evitar mais prejuízos”.

Então, nós temos que ver que o setor privado assume, sim, algumas responsabilidades, quando ele tem o interesse próprio de evitar prejuízo.

E o que acreditamos, quando pensamos num Fundo de meio centavo e não uma taxa de quatro centavos, eu acho que é sim o produtor assumir uma responsabilidade do setor público, porque é o setor privado assumindo essa responsabilidade, mas com uma única vantagem, ou com uma grande vantagem: nós estaremos dentro desse Fundo, e quando eu falo nós, são vocês, porque vocês produtores de leite podem participar pela OCB, que é a organização das cooperativas; vocês podem ser associados à APROLEITE, podem participar pela forma da APROLEITE; e se você tiver mais de dois módulos de produção, você é associado à FAMATO e você pode participar pela FAMATO; e se você desenvolve agricultura familiar, você pode também participar pela FETAGRI.

Então o fato dessas entidades, que são meras identidades para o processo, mas o importante nisso tudo é o produtor de leite, é a garantia que nós temos de que isso será bem feito. Porque não é decisão de nenhum diretor, mas de vocês. Você, como produtor de leite, vai poder falar alguma coisa e opinar sobre a necessidade do Fundo do leite. Entenderam?

E quando alguém fala que meio centavo é caro, fico me perguntando se caro é pagar meio centavo ou se caro é ficar sem energia dois dias e perder todo o leite porque ficamos sem energia. Se caro é isso ou se é baixar cinco centavos do nosso leite porque o frete é muito longe.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Entenderam? Então, nós temos que ter esse cuidado de saber se é caro ou se o custo-benefício será bom.

Então, quando nós pensamos em custo-benefício, ou seja, se nesse meio centavo nós tivermos retorno disso, ele passa ser barato; se não tiver retorno, realmente, não faz o mínimo sentido. Certo? Só um minutinho que tem um aqui para falar na frente. Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Guto, eu queria que você terminasse, porque senão...

O SR. CARLOS AUGUSTO ZANATTA - Eu já vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Quem quiser falar tem que fazer a inscrição...

O SR. CARLOS AUGUSTO ZANATTA - Vamos terminar e depois nós falamos tudo? Só para nós entendermos, vamos fazer isso. Então, só para entender assim...

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS AUGUSTO ZANATTA - Não, senhor, não tem nada aprovado. Na verdade, nós estamos discutindo aqui justamente o que vamos fazer.

Bom, só para terminar, eu quero que vocês entendam bem o seguinte, senhores, por favor, eu quero que vocês entendam bem o seguinte. Toda razão disso aqui, isso aqui tem uma razão de existir: o meio centavo do fundo do leite só existe uma razão para existir, que somos nós, produtores de leite. Nós temos que entender isso aí.

E nós temos que entender - isso não é todo mundo - que tem gente contra o Fundo do leite não porque está difícil de pagar, mas porque prefere que o produtor permaneça na mesma situação em que ele está, sem organização, sem assistência técnica, sem pesquisa, sem nada. É só uma coisa para nós pensarmos.

Por fim, o preço do leite no Brasil é aquilo que nós falamos, girou em torno de noventa e um centavos, enquanto que em Mato Grosso ficou em torno de sessenta e quatro centavos.

Eu gostaria de pedir aos senhores só um pouquinho de atenção, porque já estou quase acabando, não vou me alongar. Como eu falei para os senhores, eu gostaria que fosse prestada atenção para decidirmos o que será feito. Falar que não serve sem entender o que é, não vai nos levar a nenhum lugar.

Então, é aquilo que eu estava falando, o leite chegou a oitenta centavos, mas nós temos leite no noroeste do Estado a trinta e seis centavos. O que precisamos entender? Que o cara que faz uma mozzarella, que a indústria que faz uma mozzarella com leite a trinta e seis centavos, ela entra no mercado com uma mozzarella mais barata, prejudicando inclusive a indústria que está pagando oitenta centavos para você. Então, vira uma bola de neve! E, às vezes, a COMAJUL ou a Brasilac do Latente tem que baixar um pouco o preço da sua mozzarella para competir com esse cidadão que comprou leite a trinta e seis centavos no mês de março. Isso aqui é preço do mês de março. Então comprou leite no mês de março nesse preço e vai vender a mozzarella no mesmo lugar, no mesmo supermercado.

Outras considerações. Eu não falei aqui sobre o CONSELEITE e não sei se o senhores conhecem o CONSELEITE. O CONSELEITE é uma ferramenta interessante sobre formação de preço e que mostra com clareza como o preço do leite é formado, a partir do custo de produção do produtor e dos preços de venda dos derivados de leite no supermercado e a sua dinâmica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Então, é uma ferramenta muito interessante. Nós acreditamos, inclusive, que o CONSELEITE poderia passar o preço médio do leite a um centavo mais alto no Estado de Mato Grosso, porque isso seria suficiente para bancar o Fundo do leite que esta sendo proposto aqui.

E eu, sinceramente, acho que as nossas boas notícias no nosso mercado param por aí. O diagnóstico do leite mostrou que 83% dos produtores não receberam nenhuma visita de assistência técnica em 2011.

Alessandra, desculpe-me discordar de você, eu acho que a COMAJUL pode atender muita gente, mas a realidade do Estado de Mato Grosso é esta: 83% dos produtores de leite do Estado de Mato Grosso não receberam uma visita de assistência técnica em 2011.

Segundo diagnóstico do leite: 60% dos filhos dos produtores, os filhos de vocês, 60% dos seus filhos vão abandonar a atividade, quando os pais falecerem. Sabem por quê?

Já estão indo embora? Já estão indo embora, não é?

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS AUGUSTO ZANATTA - Para mim fica muito claro o seguinte: o senhor falou tudo, ninguém faz nada pelo produtor de leite, o Governo está aí não é de ontem, o Governo esta aí há vinte anos e ele não consegue fazer nada...

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Guto, eu gostaria que acabasse porque tem bastante gente inscrita.

O SR. CARLOS AUGUSTO ZANATTA - Eu estou acabando. Em dez anos, no Brasil, cem mil propriedades saíram da atividade leiteira, cem mil propriedades. Isso significa vinte e sete propriedades por dia, uma delas certamente está aqui em Mato Grosso diariamente.

O Índice de Custo de Produção (ICP) - Embrapa Gado de Leite teve um aumento de 28% no custo de produção no ano de 2012. Ou seja, produzir leite no Brasil ficou 28% mais caro em 2012.

E a pergunta que faço é: Onde vamos estar nos próximos anos? A nossa atividade hoje, se ela se mantiver como está, ela é sustentável economicamente ou nós vamos sair da atividade nos próximos anos? O IBGE apontou que tem muita gente saindo. Então é uma coisa para nós refletimos. É sustentável economicamente ou nós vamos sair da atividade nos próximos anos? Porque, se nós optarmos por deixar nossa atividade como está, com baixo índice de assistência técnica, com baixa qualidade do nosso leite e sermos aqui o quarto menor preço de leite no Brasil, nós temos essa opção. Se acharmos realmente que nós não queremos pagar nada, nós podemos lutar para não pagar nada. Nós podemos lutar. Mas nós estaremos nessa situação. E volto a fazer pergunta: Onde vamos estar nos próximos anos? Nós vamos conseguir manter a nossa atividade sustentável sozinhos ou não? Ou nós podemos realmente trabalhar juntos para tentar construir uma cadeia leiteira forte com renda ao produtor, apoiando basicamente no desenvolvimento, treinamento e capacitação desse produtor, apoio de mercado e representação política.

Muito obrigado pela atenção de todos vocês (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Guto.

A próxima inscrita é a dona Elizabeth, mas eu vou conceder a palavra ao Sr. Waldemar Nestor de Araújo.

O SR. WALDEMAR NESTOR DE ARAÚJO - Boa-noite!

Eu sou produtor rural. Eu não vou aqui tecer elogio, porque não vim aqui para jogar confete em ninguém. Eu pensei que eu já tivesse visto de tudo na minha vida, mas francamente o que eu ouvi aqui agora chega às raias do absurdo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Esses dois senhores que fizeram a propaganda da organização deles, eles estão por quem? Quem disse que nós queremos ser representados ou que eu quero ser representado pela organização dele? Ele já foi produtor. E, engraçado, esse pessoal é o seguinte: quando eles estão produzindo, eles não conseguem produzir; na hora em que eles saem, eles resolvem entrar para o serviço público ou entrar para uma corporação dessa e aí eles são os caras da batata!

Então, eu não consigo compreender. É uma questão de princípio, gente.

Qual o nome do senhor? Gilmar. O senhor é um homem livre, não é? O senhor pode escolher. O senhor é um homem livre, o senhor é dono do seu nariz. O senhor precisa de alguém que pegue as suas mãos e que o conduza?

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. WALDEMAR NESTOR DE ARAÚJO - O senhor é um homem livre, não é? O senhor precisa de alguém que pegue a sua mãozinha e o conduza?

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. WALDEMAR NESTOR DE ARAÚJO - Sim! Você tem opção! Agora, compulsoriamente, eu não sou idiota! É uma questão de princípios. Vocês não sabem o precedente que estão abrindo! Hoje, deixa passar. “Ah, é meio centavos.” “Ah...! Não importa! Que seja um décimo, que seja um centavo só por um ano. Não podemos abrir mão. Por quê? É o precedente.

Isso é vergonhoso! É uma questão de princípio. Esses senhores não respeitam o direito de propriedade. Eles querem invadir a sua propriedade. Se nós não somos diligentes o bastante, que nós quebremos; que paremos com a atividade, mas não venham querer nos carregar, não. Já bastam as esquerdas que fazem isso conosco. Agora deles? Estou criando cobra para me morder? Estou criando FAMATO para me engolir? Sucuri em casa? Tenha santa paciência!

É questão de princípio. Se tiver que ficar na merda, fique na merda. Agora, não podemos abrir mão, não, da nossa propriedade. Estou falando aqui do direito de propriedade. Os dois centavos, o meio centavo, os quatro centavos me pertencem e é doído ganhar (PALMAS).

Se tiver que ficar na trincheira, que fique. Se acabarem as balas, vá para a baioneta, mas não abra mão do seu direito de propriedade.

Não precisamos de ninguém para nos representar.

Você que pegue a sua organização, engambele lá com os Partidos dos Trabalhadores, seja com quem for, com as suas corporações mercantilistas, mas os senhores não me representam. Nunca me representaram! Você, a FAMATO ou o que for!

Eu sei que eu sou dono do meu nariz. Eu viro para cá e vou. Eu viro para lá e vou, também. Eu não vou seguir o seu nariz e o nariz de sua organização, porque nunca concordei com a sua existência.

Está provocado o que ela queria fazer. Criando sucuri em casa.

Essa questão de números, do que será o amanhã... Dane-se o amanhã. Nada me garante que será melhor ao seu lado. Por que seria melhor ao seu lado? Por que eu tenho que desposá-lo? A você e a sua organização? Eu não tenho que desposá-lo, porque eu nasci livre e vou ser livre.

Agora, se vocês quiserem seguir, sigam, mas compulsoriamente não é certo. É uma questão de princípio. Vocês estão abrindo um precedente se permitirem.

Eles trouxeram tanta papelada para vender um peixe bom. Vieram vender seus empregos? Por que não vão produzir já que tem o bicho da goiaba? Sabem como ganhar; sabem como competir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Aqueles números... Pelo amor de Deus! Quer dizer que: ah, vai ser melhor, porque tem a APROSOJA; porque tem não sei o que. Não quer dizer nada! Nós estamos falando de mercado. O mercado... Nós desconhecemos as variáveis que vão reger o comportamento do ano que vem.

Agora: “Ele tem informação privilegiada!”. Tem nada! Quanto ao mercado nós não sabemos. O que nós sabemos fazer é conter despesas, é criar o filho, é conduzir nossos negócios. Agora, vamos permitir que esse povo venha e arranque dos nossos bolsos o dinheiro que nós ganhamos?

Ah, está bem! Vamos fazer o seguinte: que na organização dele, quem trabalha lá não ganhe mais do que um salário-mínimo. Duvido! Duvido! É mais uma sanguessuga neste País a arrancar os nossos olhos. Já basta esse serviço público que finca a faca em nós sem dó e nem piedade. Nunca basta! Sempre é pouco!

E o amanhã? O amanhã será bom longe de vocês e da organização, porque eu já contribuo a contragosto. A contribuição confederativa é um assalto. Essas porcarias não deveriam existir. Cada um é dono do seu nariz. Eu não tenho que seguir as suas regras e o que você acha que é melhor para mim. Você e sua organização!

Gente, mais uma vez: é uma questão de princípio. Não importa que sejam dez reais, cinco centavos, quatro centavos ou meio centavo. É propriedade sua.

Eu brigo, sim. Eu brigo por um centavo, se eu tiver que pagar um centavo no ano. Não é pelo dinheiro. É pelo princípio. Vocês vão se vender?

“Ah, olha, se vocês não fizerem isso, sem mim, vocês não são ninguém. Vocês são uns bestas. Vocês são uns idiotas.”.

Ora, pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Sr. Waldemar, eu só queria...

O SR. WALDEMAR NESTOR DE ARAÚJO - Pelo amor de Deus!

Ele falou aqui uma hora e nos cansou. Eu vou continuar falando.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Mas eu gostaria que o senhor respeitasse, porque tem um tempo.

Se o senhor fizesse a pergunta, nós responderíamos. É só isso!

O SR. WALDEMAR NESTOR DE ARAÚJO - Não é pergunta! É uma colocação que eu estou fazendo, porque ele veio aqui vender o peixe dele...

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Não! Mas não é ele!

O SR. WALDEMAR NESTOR DE ARAÚJO - Eu não vou aceitar e os produtores aqui não aceitam.

Uma coisa muito boa que Vossa Excelência poderá providenciar urgente, primeiro, é a suspensão da exigibilidade desse tributo, sob a forma de taxa, porque pelas suas condições formais é duvidosa, pelas condições materiais, já disse, refutáveis. As condições formais não se vinculam à taxa. É um fundo qualquer...

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Eu só quero que o senhor se atentasse ao tempo, por gentileza, Sr. Waldemar.

O SR. WALDEMAR NESTOR DE ARAÚJO - Só mais uma coisa.

Agora, com um projeto de lei Vossa Excelência será lembrado por todos aqui ou, talvez, Vossa Excelência seja lembrado como inimigo público dos produtores.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

É um novo projeto de lei alterando todo teor dessa pouca vergonha que foi votada, conspirada no dia 28 no fechar dos trabalhos. Isso é conspiração! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Sr. Waldemar.

Primeiro que não foi conspiração; segundo que houve o entendimento que eu falei lá no início.

Talvez, o Sr. Waldemar não estava no início.

A Lei foi criada em 1999. Quando foi para a Assembleia Legislativa tinha o entendimento da OCB, da FETAGRI, da APROLEITE e da FAMATO, que determinam e que cuidam do produtor. Isso que a Assembleia Legislativa fez.

Quando foi feita e aprovada na Assembleia Legislativa a Lei da Pesca, por exemplo, eu fui um dos únicos Deputados a defendê-la, porque ela era impositiva e proibitiva. E lá mudei toda a Lei.

Por isso que eu falei no início que pedi a suspensão da Lei até fazermos o debate público.

Por isso, eu tive a coragem de vir aqui, sem problema nenhum, como fizemos em doze Audiências Públicas para tratar da Lei da Pesca. Assim como defendi o ICMS do frete intermunicipal do produtor, do pecuarista do Estado de Mato Grosso; como diminuimos o ICMS de produtos vindo para manipulação no Estado de Mato Grosso; quando tiramos a descentralização e mandei a descentralização da GTA, para tirar nas propriedades, nos escritórios.

Esse é um trabalho do Deputado Dilmar Dal Bosco!

Então, muitas vezes, estamos na defesa.

O que foi para a Assembleia Legislativa era no entendimento de ajudar o produtor de leite. Por isso, nós achamos o caminho para montar realmente uma associação forte, um fundo que realmente tenha a participação do produtor de leite. Se o entendimento for diferente, não tem problema nenhum!

Por isso estamos realizando Audiência Pública! Por isso que tive a coragem de ir a doze Audiências Públicas para tratar da Lei da Pesca e nós baixamos e derrubamos a Lei da Pesca! Por isso que nós tiramos a GTA e foi para o interior. Foi um trabalho meu na Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais a descentralização da SEMA, onde o município, o Prefeito Gaspar vai dar licença ambiental de pequeno e médio impacto. Esse é o trabalho!

Eles não estão aqui como organização, como nada! Eles só são de uma Associação dos Produtores de Leite do Estado, achando uma sugestão para ajudar.

Se o entendimento não é esse, vamos achar outro caminho!

Se não é, vamos tirar! Se aqui está bem servido, se todos os produtores de leite do Estado estão servidos, fazer o quê? É assim que nós vamos fazer!

Com a palavra, a Sr^a Isabete Flamir, produtora rural de Rondonópolis.

A SR^a ISABETE FLAMIR - Eu fico até agradecida pelo senhor ter vindo aqui.

Eu sou conhecida mais como "Gaúcha". Eu sou de Santa Catarina. Só que lá o Governo do Estado paga um veterinário quando os produtores de leite precisam. Eu saí da minha propriedade e fui atrás. O que eu ganhei foram risadas. Aqui, só temos direito de pagar.

Eu fui procurar para fazer um projeto e demorei noventa dias... Eu queria o projeto para comprar umas vacas de leite, mas comprei particular, porque lá eu não consegui.

Existem muitas pessoas nos órgãos públicos que não têm capacidade de estar ali. Não tem!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Vocês acham que essa organização vai nos ajudar? Engana-me, minha gente, que eu gosto! Vai ajudar os puxa-sacos! Só vão ajudar os puxa-sacos!

Eu me associei na Cooperativa COMAJUL e estou satisfeita, não quero ninguém mais para roubar o que é meu. (PALMAS)

Dias atrás, eu estava no curral e escutei uma notícia no rádio: “Foi preso um carro, com placa de Cuiabá, com um milhão de reais e não sei quantos mil cheques assinados pela Assembleia Legislativa”. Aonde foi esse dinheiro? Para quem foi esse dinheiro? Só que foi abafado!

Engana-me que eu gosto se vamos ter alguma coisa disso aí, gente!

Eu estou satisfeita com a COMAJUL. E se eu quero ter um veterinário - que eu acho que era responsabilidade do Governo - eu pago.

O Dr. Wilson vai duas vezes por mês em minha propriedade. E se hoje eu tenho condições de pagar um veterinário é graças à aposentadoria da minha mãe, porque com o dinheiro do leite eu não pago o veterinário.

Onde nós estamos? Os senhores acham que nós vamos colocar...

O senhor era produtor de leite... Já que é tão bom o setor, por que o senhor desistiu? Volte a ser produtor de leite. Volte! É bom!

O senhor como Presidente dessa... ..que os senhores estão colocando, vai ser muito bom! O senhor vai ganhar muito dinheiro.

Boa-noite! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Sr^a Isabete.

Passo a palavra ao Carlos Augusto Zanatta, o Guto, representando a APROLEITE, que foi citado aqui.

O SR. CARLOS AUGUSTO ZANATTA - Sr. Valdemar, o senhor me conhece de algum lugar? Não? (PAUSA). Acho que não.

Sr. Valdemar o que eu quero dizer é o seguinte: quase tudo o que o senhor falou é certo.

Mas, primeiro, é seguinte: o fato de você se associar a APROLEITE ou não, não é impositivo, não é compulsório, é uma opção. A APROLEITE está aí, existe e você pode ou não se associar, igual a dona Isabete falou. Eu não estou aqui garantindo que uma vez associado à APROLEITE você vi ter sucesso. Isso não foi dito nenhuma vez.

Mas existe uma coisa diferente... Eu conheço algumas pessoas aqui de Jaciara, Dom Aquino, porque já estive aqui uma outra vez, mas tem uma coisa que nunca fiz e você fez hoje comigo: fui mal-educado e faltei com respeito com pessoas que eu não conheço.

Você falou em liberdade. A liberdade nossa termina onde acaba a liberdade e o direito do próximo. E a educação, meu amigo, cabe em qualquer lugar e vem de berço. Realmente, quando você falou que não segue ninguém para seguir a sua orientação, que toma as decisões por si só, eu acho que faltou nessa história toda, que até citei ali há pouco, quando você falou: “não, nós precisamos, sim, de gente para orientar”... Quando nós somos novos precisamos dos pais para nos orientar e dar educação para nós sabermos falar com as pessoas.

Eu estou só dando resposta àquilo que você me falou. Você falou que vim aqui com a minha organização para tentar impor uma situação. A situação aqui é só uma, foram nos apresentadas duas opções: quatro centavos para o Governo e meio centavo para um Fundo privado.

Entre essas duas situações, nós viemos aqui acreditar que a meio centavo é melhor. Só que nós viemos aqui, Waldemar, com educação, com respeito às pessoas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Então, você poderia vir até aqui nos falar exatamente o que você quis falar. Mas com educação! Falar assim: “Olha, nós não temos condições de pagar nada. Então, nós precisamos da isenção.” Pronto. É uma opção que vai ser analisada. Mas com educação!

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Guto.

O próximo inscrito aqui é o Sr. Sérgio Ramos, Vereador do Município de Dom Aquino.

O SR. SÉRGIO RAMOS - Cumprimento o Deputado Dilmar Dal Bosco, e em seu nome cumprimento todos os componentes da mesa e vocês produtores, a razão disso tudo.

Eu quero, primeiramente, agradecer. Eu vim aqui ouvir. Acho que isso é democracia, ouvir antes de pedir ou de exigir. Agora, preocupa-nos bastante ver nos olhos de cada produtor a preocupação de tudo isso que está acontecendo.

Eu sou Vereador de Dom Aquino; sou Policial Civil, também, e quero dizer que não dá para comparar o produtor de soja, o produtor de algodão, que produz milhares de toneladas, com o produtor de leite - como alguém disse aqui - que tira em média trinta e três litros por dia para tirar mais uma fatia do seu rendimento. (PALMAS)

Eu, nas minhas palavras, nos eventos, eu cobro muito, principalmente do nosso Congresso Nacional, do nosso Deputado Federal Valtenir Pereira, que está aqui. Nós temos que inverter o tipo de fazer política! Nós preocupamos tanto em estruturar os grandes centros e esquecemos as pequenas cidades onde está o pequeno produtor.

E alguém disse aqui, também, que o produtor tem que vender a sua chácara para ir para a cidade na ilusão de que ele vai conseguir emprego para o filho. Aí ele fica à mercê da violência e da criminalidade.

Nós temos que parar com isso! As melhores faculdades têm que ir para os polos, para Rondonópolis, Cuiabá, Sinop, e deixamos aqui o pai tirando leite, todos os dias levantando de madrugada, como falaram aqui, que hoje, nem na sexta-feira santa, não está feriado mais. Está tirando leite todo dia para dar escola aos seus filhos na grande cidade. Não é isso que nós queremos.

O Sr. Paulo falou tudo aqui! Vai comprar mozzarella vinda do Uruguai mais barata do que daqui. Por que daqui é mais cara? Porque a carga tributária engessa! A carga tributária faz com que ou você põe mais caro ou não compensa você fazer. Hoje, tudo que se produz, mais de 60% é imposto. E o governo nosso, os políticos, eu sou político, mas o governo que dita as regras tinha que pensar nisso aí.

O sitiante que tem dez alqueires aí não vai ter condições de dar estudo para o seu filho. Ele tem duas saídas: ou deixa o filho aposentando com um salário mínimo pelo FUNRURAL que paga ou ele vende para dar estudo para o filho se formar e ficar sem emprego, porque hoje em dia formar não está garantido que se está empregado.

Então, nós temos que pensar uma outra maneira de se investir no pequeno produtor.

Há quinze anos, 60% da população de Dom Aquino era da zona rural. Vai na zona rural hoje ver se você acha gente lá! Vai na zona rural para ver se você vê lá a família trabalhando. Não tem! Não tem porque não compensa. E o Governo hoje só faz lei para prejudicar o pequeno.

Criaram um tal de Serviço de Inspeção Municipal, lei da vigilância sanitária. Está certo, nós temos que ter higiene, temos que seguir as leis da vigilância sanitária. Mas quantas pessoas que vendiam seu franguinho na cidade e hoje não podem vender mais? Porque se você não

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

tiver o selo, que encarece as coisas, se você não tiver o serviço de inspeção no seu município, você não pode vender um ovo na rua, um frango ou uma leitoa. Você não pode.

Dificultam as coisas, a burocracia hoje vem para dificultar e a ideia é acabar com o pequeno. É isso que está se criando. Querem acabar com o pequeno, porque para o produtor de soja não faz falta, pode meter taxa para ele lá que não faz falta. Ele tem grandes representantes no Congresso Nacional que lutam por eles. Eu queria saber se tem representante do pequeno aqui brigando por eles no Congresso Nacional, para que subsidie a produção lá no sítio dele. Não tem.

Então, Deputado, parabéns por sua atitude de vir ouvir. Democracia é isso, democracia é você ouvir para você decidir. Eu tenho certeza que 99,9% não concordam com mais essa taxa que irá se pagar (PALMAS)

Eu já vou encerrar.

Faço igual o rapaz lá falou: “Lei é para ser cumprida, mas também é para ser revogada.” (PALMAS). Isso é uma aberração (PALMAS)!

O senhor falou que a lei é de 99. Os outros governos passaram e ficaram quietinhos. Por que é que o Governador Silval Barbosa quer cumprir agora? (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Por gentileza, Vereador, só defina.

O SR. SÉRGIO RAMOS - O Paulo está perguntando aqui se tem condições, vamos supor, de uma ação pública em prol da revogação dessa lei.

Ouvir o maior interessado... Não adianta fazer lei também - a lei é para vocês - que está só ferrando tudo mundo. Então, que acho que tem que ouvir. A lei tem que vir para proteger. A lei tem que vir para dar direitos. Não é só cobrar deveres.

Então, obrigado.

Deputado, nós temos que ter audiência a qualquer hora, se possível, aqui no Município de Dom Aquino, porque esse debate não pode parar por aqui. Ou se revoga a lei, ou pode ter certeza vai ter muita discussão e muita briga ainda.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado Vereador.

Vou passar a palavra agora esse grande Deputado Federal, amigo, companheiro, que tem ajudado muito o Congresso Nacional, Deputado Valtenir Pereira.

O SR. VALTENIR PEREIRA - Boa-noite a todos e todas.

Quero aqui saudar o Deputado Estadual Dilmar Dal Bosco, o Prefeito de Jaciara, Ademir Gaspar de Lima.

Quero, em nome de todos que aqui compõe a mesa, cumprimentar o senhor Joaquim, pessoa que tive a grata satisfação de conhecer em Campinópolis, em 2011, onde estabelecemos uma estratégia de conquistar a Prefeitura de Campinópolis pelo nosso Partido PSB, Partido Socialista Brasileiro, e o Giovan, Presidente da CAMPILEITE, foi um grande vitorioso numa disputa onde ganhamos por vinte e dois votos, e o último comício que fiz foi exatamente lá no Município, levando o nosso apoio.

Também quero cumprimentar os produtores e todos aqui presentes.

Primeiro, quero aqui registrar a minha satisfação, meu orgulho de estar nesta tribuna, na Câmara Municipal de Jaciara, na cidade, no município que nasci.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Eu sou filho do Vale do São Lourenço, também sou neto de mineiro, fazendeiro não diria, mas produtor rural - meu avô tinha uma fazenda aqui na região Dois Córregos, perto do Ibo...

(PARTICIPANTES FALAM DA PLATEIA - INAUDÍVEL.)

O SR. VALTENIR PEREIRA - Estou falando produtor como um todo...

(PARTICIPANTES FALAM DA PLATEIA - INAUDÍVEL.)

O SR. VALTENIR PEREIRA - Não é questão de vergonha. Apenas para poder... Nós estamos aqui falando de produtores rurais e meu avô era fazendeiro.

Então, lá na fazenda do meu avô, ainda criança, nove pra dez anos, para onze anos, na época das férias escolares eu fazia questão de ir até a fazenda do meu avô. Lá acordávamos 04:00 horas, 04:30 horas, para ajudar a tirar leite, ajudava a apartar bezerro as 15:00 horas, e assim por diante. Íamos lá para o colônio, buscar a vaca e fazer as lidas que vocês fazem todos os dias. Então, estou aqui falando de uma questão que eu tive a oportunidade de vivenciar no dia a dia.

Hoje, estou Deputado Federal. Sou Defensor Público de carreira e estou licenciado para o exercício de mandato de Deputado Federal. Estar aqui na condição de Deputado Federal, para mim, é uma honra, até porque alguns de vocês se lembram - e está aqui o Dezinho -, conheceram meu pai e sabe que ele foi assassinado. Eu tinha onze anos de idade. E nós estudamos, os cinco filhos, e fizemos direito exatamente para poder fazer justiça pela morte dele. Nós condenamos um, colocamos um na cadeia. Ainda têm dois que nós estamos confirmando a condenação lá em Brasília, no Supremo Tribunal Federal, e foi aqui, nesta Casa de Leis, que fizemos o primeiro júri, em 1995, quando perdemos o primeiro júri. Aqui o Sr. Zé Guia foi condenado a um ano e dez meses, depois de ter dado três tiros no peito do meu pai, ele tendo sido seguro, e depois que ele caiu no chão, ele deu mais três tiros nas costas e acabou sendo condenado a um ano e dez meses por homicídio culposo. Homicídio culposo é quando você não tem a intenção de matar. Mas nós anulamos o júri e depois conseguimos a condenação dele num outro julgamento.

Então, estar aqui falando, e estou falando com amigos, com companheiros, com pessoas que vivem na minha região, e eu sei essa dura realidade que vocês passam.

A Assembleia Legislativa está discutindo esse assunto, está colhendo essas informações, fazendo um diagnóstico em todas as regiões, fazendo essas Audiências Públicas, e eu quero parabenizar a Assembleia Legislativa, através do Deputado Dilmar Dal Bosco, que vem ouvir vocês sobre uma proposta.

Ele vai levar, e está sendo filmado, gravado, essas imagens, essas informações, esse diagnóstico para debater mais ainda essa questão da associação, dessa taxa, desse recolhimento que busca colocar em prol do produtor.

Mas, na verdade, o que eu quero complementar aqui é o que o Vereador de Dom Aquino falou com muita propriedade. Nós precisamos levar serviços, levar ações até o pequeno produtor.

Aqui hoje nós temos um núcleo avançado do Instituto Federal de Mato Grosso - uma ação minha, como Parlamentar, como Deputado Federal, e dos companheiros de partido, o Clóvis do PSB, o Adenir, que era Vereador também, e nós temos aqui ainda o companheiro Vereador, hoje do PR, que também ajudou a trazer o Instituto Federal, e o próprio Max, Prefeito na época, que contribuiu muito -, exatamente para oferecer uma oportunidade para o produtor, uma oportunidade para o filho do produtor e com isso nós levarmos tecnologia, levar informações e levar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012, QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS. (DEGRAVAÇÃO DE DVD)

conhecimento para o campo para poder transformarmos ao máximo a propriedade em resultados positivo e em conversão de renda.

E aí eu estive em São José do Povo - teve uma produtora que se manifestou ainda agora que é lá de São José do Povo -, eu estive lá recentemente com o Prefeito Arivaldo conhecendo aquela estrutura da escola agrícola que está lá, vamos dizer assim, caindo aos pedaços. E nós vamos fazer um debate muito forte para que possamos resgatar aquela antiga escola agrícola e colocar o Instituto Federal de Mato Grosso. Já tem um em Rondonópolis, mas precisamos avançar mais para poder colocar lá curso de agropecuária, curso de zootecnia e de veterinária para que o pequeno produtor possa colocar o seu filho e amanhã ter em sua propriedade uma assistência à altura e permanecer plantando, colhendo e vivendo ali no campo.

Então, eu quero deixar aqui registrado.

Antes de finalizar, dizer da nossa parceria com a CAMPILEITE e dizer que eu quero também estabelecer essa parceria com a COMAJUL. E aí eu quero me colocar à disposição do Sebastião Borges, vou deixar aqui o meu celular, que é o (061) 9985-4040, para que estabeleçamos uma relação como essa que estamos estabelecendo na CAMPILEITE. Lá nós pudemos levar setecentos mil reais para construir uma fábrica de ração para baratear o custo da produção do produto para o produtor. E estamos levando mais um milhão e meio de reais para investir em equipamentos para poder fortalecer lá o pequeno produtor, o produtor rural, o fazendeiro lá em Campinópolis. E essa mesma ação eu quero estabelecer aqui na minha cidade natal, na minha região natal, que é o Vale de São Lourenço, quero estabelecer com a COMAJUL.

Não é fácil a vida de um Deputado Estadual, Federal, de um Vereador. As demandas são imensas. E na medida em que estabelecemos essas relações facilita para que possamos colher as necessidades, os problemas e buscar a solução. E a solução, como foi dito aqui por vários que me antecederam, é investimento, é levar investimento até o pequeno produtor. E eu quero, com o meu mandato de Deputado Federal, poder ajudar mais ainda o produtor rural.

Contem comigo, Deputado Federal Valtenir Pereira. Um grande abraço. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Deputado.

Como último inscrito aqui da plateia, passo a palavra agora ao Sr. Gilmar Raimundo da Silva, produtor rural de Pedra Preta.

O SR. GILMAR RAIMUNDO DA SILVA - Boa-noite a todos!

Nós vimos de muitos anos em Cuiabá, na nossa região, que eu sou de Pedra Preta, Deputado, e nós temos ouvido muito. E o produtor, principalmente o de leite, todas as outras classes têm conseguido objetivo, mas o produtor de leite não.

Participei a primeira vez do DRS do Banco do Brasil. Todo mundo falava que era uma maravilha, porque esse aí era o Banco do Brasil que chegou e ia chegar para o produtor. Não virou nada. Não sei nos outros municípios. No nosso, nada.

O amigo ali também falou - não é falso o que ele falou - que a média da produção de leite em Mato Grosso por produtor é de trinta e três litros de leite.

Como esta Audiência Pública é pública, e aqui está Vossa Excelência, como Deputado Federal, esperamos que chegue até lá. No Município de Pedra Preta, eu paguei do meu bolso, foram dois botijões de sêmen que estavam na Secretaria de Agricultura, porque o Prefeito falou que não ia manter. Ninguém tinha mexido em nenhuma dose de sêmen, que era para ajudar o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

pequeno produtor. Nós fomos lá e pegamos. Inseminamos vaca. Não segurou nenhuma, porque não prestava mais.

Então, esse aí é um dinheiro que o Governo comprou esse sêmen para chegar até ao produtor e não chegou. Aí vem a realidade: como produzir e ajudar o pequeno produtor? Desse jeito não tem como. Aí vem a cobrança desse imposto dele. Comprou esse botijão de sêmen, saiu de onde? Será que em todo município foi igual ao nosso? Então, perdeu e perde muito a produção. Aí fica do jeito que o amigo falou: essa produção não vai aumentar. Aí, agora chega a um absurdo desse. Do jeito que estão os valores da soja, que é o que a vaca mais precisa na alimentação, o milho e soja, com o preço que está a ração, se todos os produtores fizeram conta, um litro de leite, há vários anos atrás, comprava três quilos de ração, então compra quanto hoje?

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. GILMAR RAIMUNDO DA SILVA - Não compra! Não tem condição! E para a vaca de leite produzir bem, ela precisa de uma alimentação.

Então esta Audiência Pública foi válida para chegar até o produtor. Tem que fazer mais, porque é a primeira vez, gente, que eu vejo o produtor de leite unido. É a primeira vez! Nós fomos a muitas reuniões em Cuiabá e apareciam três, quatro... As pessoas chegam... O produtor de leite é acanhado, porque não acontece para nós mesmo! Nunca acontece! Nós vemos maravilhas aí chegando para a produção de soja, para o algodão, para tudo quanto é coisa! Mas quando vai chegar para nós do leite?

É a primeira vez que teve esta Audiência Pública, a meu conhecer, assim, desse tamanho.

Então, é válido fazer isso aí! Então, assim, quando precisa lá do nosso município, como é Audiência Pública, olha só o que eu anotei ali: Energia! Nós perdemos leite! Quando nós perdemos um tanque cheio de leite de três mil litros, a CEMAT mandou o cara ir lá, pagou duzentos... Não pagou nada! Entra na justiça! Estrada, a dificuldade que o produtor tem! Você vai pagar mais imposto para o Governo ainda? O Governo do Estado não arruma as nossas estradas que são municipais! Então, não tem condição disso aí!

Aí vem, quando você não produz com qualidade, você é penalizado! O produtor de leite, eu não sei aonde ele vai parar! Porque é assim: é penalizado quando não tem uma qualidade boa. Então, assim, se pegar toda a conjuntura e juntar tudo que precisa para produzir leite, gente, é muita dificuldade que o produtor tem!

E se pegar todos, todos estão desanimados e a maioria dos filhos nossos querem ir embora para a cidade, porque lá ele tem um primo que trabalha um pouquinho e está vivendo “de boa”. Agora, ele acorda às quatro horas da manhã todo dia, com chuva ou com sol, não tem sexta-feira santa nem natal nem ano novo, e vai parar onde? E olhem o preço do leite como está aí!

Então, se for ver a renda do produtor rural, ele não tem hoje! E vem mais um desconto desse aí! Não é no momento agora dessa lei aí. Tem que pegar e discutir mais vezes com o produtor, para chegar a um bom senso. O que se vê com todo mundo aí é que não dá para cobrar hoje não! Tem que ser revogada! Beleza?

Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Sr. Gilmar.

Eu gostei! Realmente, o senhor está bem preparado até para o debate. Eu gostei muito da sua explicação. O senhor explanou muito bem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

E respondendo ao senhor e ao Sr. Vereador Sérgio, que falou que, muitas vezes, falta ação ou concretização.

É como o Vereador Sérgio falou: “Quem vai nos representar?”. E o senhor falou a mesma coisa referendo outra atividade que tem algum ganho.

Quando teve a luta na Assembleia Legislativa quanto à questão do FETHAB a FAMATO foi representando várias entidades para brigar, para segurar, porque o Governo queria cobrar valor cheio do FETHAB e foi diminuído para 50%.

Então, muitas vezes, o que foi buscado é para vocês terem forças mesmo! Quando chegou à Assembleia Legislativa parecia ter esse entendimento de que teria um fundo que seria de vocês para terem força para lutar por alguma coisa.

Quando eu fui ao Ministério da Agricultura, Deputado Valtenir Pereira, com o Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Neri Geller, saber por que não tem recurso do Governo Federal vindo para o Estado de Mato Grosso para o fomento, para capacitação, ele falou: “Deputado, muitos lugares já criaram o próprio fundo que nós colocamos dinheiro do Governo Federal para fazer todas essas atividades.”.

É por isso que, muitas vezes, a força que vocês têm, talvez, seria dessa maneira, mas o entendimento é de vocês. Por isso, foi bem explicado aqui. Muitas vezes, vai-se buscar uma coisa, mas se consegue muitas coisas a mais.

Então, gostei muito realmente da sua explanação.

Eu tinha falado que a inscrição da plateia estava encerrada, mas vou dar mais uma oportunidade, porque tem mais um inscrito, para, depois, passar a palavra ao Prefeito; depois, o Sr. Sebastião dará a última palavra em nome da COMAJUL.

Concedo a palavra ao Sr. Marcos Uzuir, produtor rural do Município de Juscimeira..

O SR. MARCOS UZUIR - Boa-noite a todos!

Estou em Mato Grosso há vinte anos. Eu mexia com gado de corte; depois, fui para a indústria de rações. Então, participávamos da cadeia toda. Muitas pessoas me conhecem, porque era empresário da área de rações e sou produtor de leite há um ano e pouco, principalmente pela vontade e, até porque, no Paraná eu produzia leite. Tenho uma pequena propriedade e fico o tempo todo pensando como viabilizar para pagar as contas.

Se vocês repararem...

Eu acho que essa questão da taxa sobre a produção rural tem um abuso, um tiro no pé. Acredito que principalmente a atividade leiteira tem um cunho estratégico de fixar o homem no campo, tem um cunho de segurança alimentar estratégica, a não percepção de que está havendo evasão pela inviabilidade do produto, do negócio do leite ficar a olhos vistos. Eu acho que é muito triste ver que está acontecendo isso e que não está sendo providenciada uma ação justamente de incentivo.

Eu vou lembrar com os senhores que a pecuária de corte no Estado de Mato Grosso só deu uma guinada para a pecuária industrial quando teve o PROMEP, quando teve o incentivo do novilho precoce. Eu acho que muitos, na época, aderiram. Era por quê? Por que se precisava melhorar a qualidade da carne. Como se melhora a qualidade da carne? Colocando uma taxa? Não! Pagando o incentivo. O Estado incentivava as carcaças boas, os novilhos precoces que eram o dente de leite, os dois dentes lá que tinham acabamento de gordura e coisa assim.

Alexander, quanto tempo perdurou esse programa? Cinco anos, três anos?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

O Sr. Alexander Sterman - Doze!

O SR. MARCOS UZUIR - Doze anos!

Foram doze anos que o Estado pagou por qualidade. Quando chegou um determinado momento o que ele fez? Tirou o incentivo. Tirou quando? Quando já existia um padrão de produtores rurais que mantiveram o mesmo nível tecnológico, que realmente fizeram a transformação na sua pecuária.

Eu diria o seguinte: ao contrário de se colocar uma taxa, a minha sugestão é que se faça um projeto de lei para incentivar quem obedece a instrução normativa ou para premiar, é o caso da COMAJUL ou das cooperativas que pagam por qualidade de leite, para se ter esse benefício que é uma questão estratégica no Estado de Mato Grosso.

A produção leiteira está diminuindo. Ano a ano na COMAJUL vem diminuindo a captação de leite. Isso é preocupante! Se os senhores imaginarem, principalmente em termos de trabalho familiar! Aqui, eu acredito que 90, 95, 98% dos produtores são de nível familiar. São poucos os produtores de mais de mil litros, dois mil, que precisam contratar empregados. Até quinhentos litros é a família que precisa dar conta.

Então, eu inverteo a análise. O leite em...

Olhem só o artesanato: o que o Governo do Estado faz para o artesanato? Incentivo! Para a pesca artesanal? Incentivo! O leite que basicamente é uma questão artesanal, familiar, o que o Estado quer fazer? Taxar! Não pode taxar. Não tem taxa para a cerveja, não tem taxa para um monte de outras coisas.

Eu acho que leite é uma questão de segurança estratégica alimentar. É isso que eu gostaria de colocar, que a abordagem eu acho que tem mudar.

Então, se quer criar qualidade para o leite, então, incentive. Num primeiro ponto! Depois que a cadeia fica rica, que é o caso da soja; depois que a cadeia se estrutura e sobra dinheiro para fazer as coisas, eu sou altamente favorável à contribuição.

O associativismo como é o caso da COMAJUL... A COMAJUL é uma cooperativa associativista; a APROLEITE é uma associação associativista. E isso é bem vindo! A associação de pessoas para defender os seus direitos é muito bem visto. Agora, vir num momento, num ponto de fragilidade, a sobrevivência é muito complicada! Eu acho que é muito complicada!

Esta é a mensagem que eu quero deixar. Eu acho que a abordagem deve ser contrária.

Outra questão: eu vim para esta Audiência Pública imaginando que só tínhamos duas opções: ou recolhemos os quatro centavos para o INDEA ou cinco centavos para o Fundo. A terceira opção é revogar essa contribuição.

Agora eu pergunto: Existe a real possibilidade de revogar politicamente em termos de Assembleia Legislativa?

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO)- Eu vou falar para o senhor - por isso estamos realizando esta Audiência Pública - é o seguinte: a lei do Governo é de 1999. O Governo colocou em prática e nós fomos buscar alternativa. E houve entendimento, como eu falei antes, da OCB, da FETAGRI, da FAMATO, da APROLEITE, de, pelo menos, dar uma alternativa de não pagar os quatro centavos e se transformar, agora, na metade de um centavo. Era a única alternativa que achamos.

O que eu quero falar é o seguinte, assim como o Vereador Sérgio Ramos, da Polícia Civil: o Estado de Mato Grosso, o Governo do Estado, em 2011, criou o Fundo de Segurança

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012, QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS. (DEGRAVAÇÃO DE DVD)

onde seriam contempladas a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a POLITEC e o IML. Ma no meu entendimento, como Deputado Estadual, não se poderia cobrar a Taxa de Combate a Incêndio que estão, hoje, cobrando de todo o comércio.

O SR. MARCOS UZUIR - A minha preocupação é essa, de, por exemplo, aderirmos ao Fundo e, mesmo assim, depois, o Governo criar outra taxa.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO)- Não! Aqui, na Lei, nós asseguramos diferente. Na Lei nós asseguramos diferente! Na Lei nós asseguramos que quem estiver no Fundo particular não paga o Governo. E aí você falou muito bem: o INDEA. Aí você vai falar: qualquer órgão do governo. A EMPAER tinha mil e duzentos profissionais e tem duzentos. Então, esse é o grande problema. O que nós fizemos para segurar com entendimento de todas as entidades, realmente, que ao invés de ir para o Governo e para o INDEA fosse para um fundo particular para ajudar o fomento do leite no Estado.

O SR. MARCOS UZUIR - Nesse sentido, ou seja, de minimizar o prejuízo ou criar uma alternativa, eu acho interessante e louvável.

Mas, voltando à pergunta: existe a possibilidade real e concreta de reverter essa situação, ou seja, de cancelar essa lei? Ela não entrou em cobrança...

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - A lei da pesca entrava logo depois do defeso. Por exemplo, eu lutei com doze Audiências Públicas e conseguimos tirar a obrigatoriedade, a proibição daquela lei da pesca que estava imposta no primeiro entendimento. Nós fomos atrás de buscar com Audiências Públicas o entendimento e aqui nós estamos fazendo a mesma coisa.

Eu me considero um Deputado Estadual, dentre os vinte e quatro Deputados, de Oposição. Por isso, vai ser difícil? Eu não sei. Nós vamos ter que também lutar, pedir ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Riva, que está preocupado, inclusive como autor desta lei, para segurar, pelo menos, para ir para um fundo particular. Agora, o que nós temos que fazer é tentar o convencimento dos demais colegas da não cobrança e assim haver entendimento. Agora, que tem que derrubar a lei, tem que derrubar.

O SR. MARCOS UZUIR - Então, se for para um fundo, vamos imaginar hipótese, eu imagino que a qualidade e a segurança alimentar deva ter uma premiação do Estado por meio da Secretaria de Agricultura criar um programa de incentivo pela questão estratégica e social em cima disso.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Eu só queria também, Marcos, até para você entender o seguinte: o fundo particular do leite vai depender... Vamos colocar um exemplo aqui: a COMAJUL é um exemplo de cooperativa, como a de Campinápolis é um exemplo de cooperativa. Eu falei para o senhor, é um exemplo de cooperativa! A COOPERNOVA de Terra Nova do Norte é um exemplo de cooperativa! A cooperativa de Araputanga é um exemplo!

O que é que é esse fundo? O fundo se for criado do jeito que está aqui, que é um fundo particular do leite - particular não entra política, não entra governo e não entra nada - quem vai determinar?

Vamos colocar aqui um exemplo: Sebastião Reis Borges vai participar do fundo. Ele estará lá dentro integrando o fundo que vocês podem na minuta da composição colocar. Se não funcionar o dinheiro será devolvido. Está aqui um representante. Põe um representante da cooperativa "a", da cooperativa "b".

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Então, quem vai gerir não é quem deu a palestra aqui, quem falou aqui. Inclusive, a APROLEITE, na primeira conversa com a OCB, não pode indicar ninguém que está lá fazendo parte como membro. Então, é esse o entendimento. Como a FAMATO... Tem que colocar um produtor de leite... São cinco pessoas, cinco produtores de leite...

O SR. MARCOS UZUIR - Então, parece-me que a grande resistência... Se a melhor das piores opções seja a criação do fundo, a minha sugestão é a seguinte... Porque o maior problema é a questão do afastamento entre a representação do produtor.

Eu acredito que esses cinco membros que são relacionados com essas entidades que representam, mas pela expressão do pessoal, digamos assim, na base, eles não têm esse contato, não tem essa representação. Por isso que eles se identificam muito mais com a cooperativa, porque a cooperativa é o representante de fato no dia a dia. A minha sugestão é seria a seguinte: aumentar a representatividade. Ao invés de cinco, aumentar essa representatividade, inclusive, com mais regiões ou coisa assim ou até de órgãos mais representativos.

Eu acho que isso daí eu teria certeza que as pessoas que tivessem líderes confiáveis dentro do fundo ficariam um pouco mais satisfeitas.

(PLATEIA SE MANIFESTA - INAUDÍVEL)

O SR. MARCOS UZUIR - Não, pessoal, é o seguinte: a primeira opção é rejeição. Por isso as perguntas: existe a possibilidade real de rejeição? Vai entrar com uma ação pública? É uma questão a ser vista. Mas a melhor das ruins é a questão do fundo. Quer dizer, se não conseguir revogar faz o quê? Vai aceitar outra lei dos quatro centos?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Marcos.

Eu quero passar a palavra ao Sebastião Reis Borges, Conselheiro da OCB e Presidente da COMAJUL, para as suas considerações finais.

O SR. SEBASTIÃO REIS BORGES - Mais uma vez, parabênzo o Deputado Dilmar Dal Bosco em estar aqui ouvindo o público para que se tome a decisão necessária.

Nós sabemos que houve outras duas Audiências Públicas e temos o conhecimento de que em todas elas, Deputado, os produtores, por unanimidade, foram contrários à cobrança.

Nós somos contrários e essas cobranças justamente porque a lei é o limite, e o limite são quatro centavos. Isso, hoje, se falarmos de meio, de um, de qualquer coisa, nós sabemos que o limite é a lei. Então, é isso que preocupa.

Eu proponho, Deputado, que após ouvir a plateia, o senhor ter ouvido em todas as outras Audiências Públicas e em esta também a opinião do produtor, que seja trabalhado realmente para a suspensão da Lei, que é a cobrança. Eu proponho que seja suspenso para que não haja... (PALMAS)... porque isso está claro, em todas as Audiências Públicas, que isso é a solicitação do produtor.

Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Muito obrigado, Sebastião Reis Borges.

Passo a palavra ao Prefeito Municipal de Jaciara, Ademir Gaspar Lima.

O SR. ADEMIR GASPARELIMA - Boa-tarde a todos!

Eu vou ser rápido, porque todos já estão cansados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Cumprimento o Deputado Dilmar Dal Bosco e dizer que para nós é um orgulho muito grande receber a Assembleia Legislativa no nosso município; receber produtores de vários municípios que estão aqui para reivindicar, para dar o seu grito, para falar o que estão sentindo.

Deputado Valtenir Pereira, que é um grande parceiro do Município de Jaciara, do Vale do São Lourenço! Nós temos várias demandas, várias lutas para travar em Brasília, para trazer benefícios para os nossos municípios. E o Deputado Valtenir é gente como a gente, está sempre aqui presente, ouvindo e nos atendendo. Então, tenho muito orgulho de tê-lo aqui conosco hoje.

Cumprimento o Vereador Abdu; em nome do Sebastião Reis e do José Brehm cumprimento os demais membros da mesa e os senhores aqui presentes.

Eu fiquei conhecendo essa taxa no dia de hoje e só quero dizer o seguinte: Nós do Poder Público, muitas vezes os governos, as pessoas que participam da vida pública são bastante discriminadas. Eu vou fazer uma defesa aqui também: Existem políticos bons, produtores bons e ruins em todos os setores. Então, tudo que nós vamos fazer para transformar, para mudar a nossa vida, nós dependemos de ações políticas.

Por isso, Deputado Dilmar Dal Bosco, eu quero parabenizar Vossa Excelência que poderia estar lá na sua cidade, no seu gabinete ou passeando no *shopping*, mas está aqui em Jaciara, enfrentando as pessoas, ouvindo as ideias diferentes para fazer aquilo que tem que ser feito.

Quando eu fui Vereador, Presidente da Câmara, eu levei as Audiências Públicas daqui, do conforto do ar-condicionado, para a poeira do Distrito de Selma, o Sr. Moacir estava lá, para ouvir o que tinha que fazer. E aí, conhecendo as demandas, nós temos a obrigação moral, se vamos conseguir ou não, de lutar por aquilo.

Então, aqui em Jaciara o Hilton, da EMPAER, que está presente, é o nosso Secretário de Agricultura, nós juntamos EMPAER e Secretaria de Agricultura, Brem, porque nós temos o mesmo objetivo e não podemos trabalhar separados. Nós queremos juntar essas forças para fazer aquilo que a população quer que nós façamos.

Muitas vezes nós temos uma ideia que vem melhorar daqui para frente, mas não adianta eu chegar lá no produtor de leite que tem quinze vacas, que vai a mulher, o marido e o filho, cada tira de cinco litros na mão e eu tentar dizer para ele que tem que colocar ordenhadeira porque o caminho é esse, se ele não quer colocar. Eu não consigo.

Então, nós precisamos começar a fazendo aquilo que quem levanta cedo quer fazer. Primeiro começar por aí, depois fazer o trabalho de conscientização para poder melhorar.

Eu acho que o senhor está de parabéns por essa discussão, que o eu vim aqui ouvir, mas faltou uma discussão lá atrás. Hoje nós temos discutindo duas coisas. Queremos pagar isso ou pagar isso. Primeiro teria que ter consultado esses produtores para ver se eles queriam pagar isso. Qual seria o benefício que ele teria com isso. Para você pagar você tem que ter um benefício e hoje eu senti que os dois representantes que fizeram a defesa aqui - e vocês estão de parabéns - têm um objetivo. Mas eu fiquei preocupado com uma situação. Nós estamos querendo resolver, e é importante nos organizar em Cooperativas e Associações e realmente resolver, porque isso faz a diferença, e nós temos exemplo disso, mas ao mesmo tempo nós estamos cruzando os braços para o Governo, porque aquilo que é obrigação do Governo fazer ele não está fazendo.

A atividade leiteira é uma atividade de subsistência. Vemos as dificuldades e o Governo está omissa. O Governo tem que entrar mais nisso, precisa dar assistência, precisa ajudar, precisa apresentar os programas e assim por diante.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

Eu quero dizer Sebastião, que no Município de Jaciara, falo pelo meu município - eu quero ser um Prefeito parceiro de todos os produtores em todas as categorias -, eu quero dizer que a COMAJU pode contar com o Prefeito Ademir os produtores podem contar com o Prefeito Ademir. Aquilo que pudermos fazer nós queremos fazer.

Eu fico orgulhoso por ouvir algumas manifestações aqui que a COMAJU, que é a maior matriz leiteira que nós temos aqui em nossa Região é um orgulho para nós e faz bem essa função. Então, eu vejo que os produtores estão contentes com aquilo que é oferecido aqui.

Mas tem muitos municípios no Estado de Mato Grosso que não tem a felicidade que nós temos aqui e a preocupação do Deputado é buscar essas alternativas.

Eu defendo que trabalhemos junto com quem rala, com quem pega na teta da vaca de manhã cedo, ou no cabo da enxada, ou sobe na máquina e assim por diante.

Nós, que somos representantes o Poder Público, temos que fazer aquilo que a população quer que façamos e mostrar os caminhos para melhorar. Então, que Deus possa nos abençoar.

Lei nós criamos, lei nós modificamos e lei nós revogamos também. (PALMAS).

Eu vejo que todas as colocações feitas aqui foram daquilo que está no coração, foram bem intencionadas, mas tem uma coisa que nós precisamos respeitar, precisa respeitar a vontade daquilo que está na ponta. Eu não posso querer fazer do meu jeito, se ele quer fazer do outro jeito. Então, temos que trabalhar com aquilo que vem, inclusive de cultura, a partir daí fazer um trabalho de convencimento e mostrar os resultados de que aquilo que estamos propondo é melhor.

Eu acho essa discussão é importante, a Assembleia Legislativa está de parabéns, Vossa Excelência está de parabéns por mostrar a cara, ouviu aquilo aqui que a população quer fazer, agora é juntar todas as Audiências Públicas do Estado e fazer realmente aquilo que é melhor para podermos caminhar para frente.

Que Deus possa abençoar a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Prefeito Ademir Gaspar.

Vossa Excelência fala, como Deputado Valtenir Pereira também falou, eu estou com a minha filha mais nova hospitalizada, moro em Sinop, Saí de carro às cinco horas da manhã para vir aqui debater na Audiência Pública, porque foi requerida por mim e não tinha como substituir. Então, eu também larguei a minha família, andando com o Sr. Jair, que estava agora servindo água aqui, rodamos o dia inteiro para chegar aqui e realmente para debater.

Vejo que tudo na nossa vida tem princípios. Tudo na nossa vida, talvez com dificuldade, nós conquistamos alguma coisa. Se foi buscado lá atrás, foi para tentar ajudar o setor que produz. Foi essa a informação que veio à Assembleia Legislativa. Por isso estamos debatendo em Audiência Pública, como foi com a Lei da Pesca, quando fizemos da mesma maneira, fizemos 12 Audiências Públicas ouvindo a sociedade e vimos que tinha que ser modificada.

Agora a Lei que estava aqui... Muitas vezes cedemos alguma coisa para ter o benefício. Como nós pagamos o FETHAB, e alguns municípios pagam mais do que outros, e não têm benefício, têm pouco benefício que vem. Vai para o município "A" um pouquinho mais, para o município "B" um pouquinho mais. Então, muitas vezes a coletividade é o que ajuda.

Aqui é totalmente diferente. Como eu falei antes, a COMAJUL ajuda muito o desenvolvimento da bacia leiteira. Mas temos irmãos em outros municípios que não têm o auxílio de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012, QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS. (DEGRAVAÇÃO DE DVD)

uma grande Cooperativa, como COMAJUL e nem o auxílio do próprio Governo em alguns momentos.

O Governo tem um grande desafio, que é a Copa do Mundo, que foi aceita pelo Governo anterior e ele agora tem que assumir esse papel. Temos que fazer uma Copa do Mundo com decência e mostrar para o mundo que Mato Grosso também é importante. E muitas vezes achamos que a Copa do Mundo vai tirar dinheiro do interior, mas a Copa do Mundo vai trazer muitos benefícios para o Estado de Mato Grosso, o desenvolvimento, principalmente do turismo, com obras que vão dar resultados e geração de emprego, obras importantes para a Capital do Estado de Mato Grosso, porque Cuiabá é a Capital de todo mundo, é a Capital de todo mato-grossense. Precisa de mobilidade? Precisa de melhoria? Precisa.

Por isso muitas vezes fazemos alguma ajuda, alguma contribuição, para lá na frente ter uma visão melhor, que é o importante.

Nós lutamos para tirar o frete intermunicipal para vocês, ajudando a cada um, quando nós tiramos o frete para vocês transportarem o gado - foi lá na Assembleia Legislativa -, pedido da FAMATO.

Conseguimos fazer com que o ICMS dos produtos manipulados que vem para o nosso Estado também fosse retirado - foi retirado.

Fomos a Brasília tentar buscar, principalmente para a cadeia da bacia leiteira - porque o Ministro é da bacia leiteira - para que pudesse também fomentar, desde a pastagem degradável, desde a cerca, desde o resfriador de leite, desde ensiladeiras, tratores, que viessem com juros, ao invés de 5,5%, de 2,5%. Tudo é no fomento, muitas vezes, de um fundo que poderia ser importante.

Se o entendimento for diferente, vou levar para os colegas Deputados Estaduais, para o Presidente da Assembleia Legislativa, para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e vamos achar um encaminhamento.

Nós temos mais uma Audiência Pública em Campinápolis - houve uma coincidência de data com alguns municípios que têm aniversários e talvez tenhamos que alterar a data -, mas tudo vai depender também daquela Audiência Pública para acharmos um encaminhamento, como foi falado.

E quero dizer, para que vocês entendam, que, primeiro, a APROLEITE não veio aqui para defender o Governo, não veio para defender. Ela veio para tentar ajudar. O entendimento era para tentar ajudar e informar que o Fundo talvez, sendo o fundo uma conta de vocês, vocês gerindo, com a participação da COMAJUL, e de várias cooperativas - a COOPERNOVA, por exemplo, que já se propôs, inclusive um diretor da COOPERNOVA se propôs para fazer parte desse consenso e está fazendo parte da distribuição, de que maneira que vai gerir o dinheiro - e talvez seria o caminho.

Por isso eles não vieram aqui, só para tentar ajudar a fundo, que é particular de vocês, gerido por vocês, administrado por vocês, para fazer o melhor.

E nós vamos levar, Sr. Prefeito, com toda certeza, para a Assembleia Legislativa um entendimento realmente. Se é para revogar, fazer. Vocês decidem. É a população que decide. A Assembleia Legislativa, quando aprovou a lei, só quis garantir que ao invés de pagar quatro centavos por litro de leite, que fosse para onde a OCB pediu, a FAMATO pediu, a FETAGRI pediu e a APROLEITE pediu, que ficasse na conta particular de quem produz e não na conta do Governo, como taxa, na conta única, que poderia ser usado para outra atividade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER A LEI Nº 9.874/2012,
QUE DISPÕE SOBRE A TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PRODUTIVIDADE DO
LEITE, REALIZADA EM JACIARA, NO DIA 22 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:00 HORAS.
(DEGRAVAÇÃO DE DVD)

No mais, eu quero agradecer a todos em nome da Assembleia Legislativa. Realmente, muito obrigado! Obrigado a todos os Vereadores do município que cederam o espaço para esta grande Audiência Pública; obrigado ao Prefeito Municipal; obrigado ao grande Deputado Federal Valtenir Pereira, uma das maiores lideranças do nosso Estado - que Deus lhe dê muita sabedoria para enfrentar as nossas dificuldades no Estado -; obrigado a todos.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública!

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Ariadne Fabienne e Silva de Jesus;
 - Cristiane Angélica Couto da Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia de França Daleffe.